

2002



Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo
e Meio Ambiente - SEPLAM

Fundação Mário Leal Ferreira - FMLF

RELATÓRIO ANUAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
URBANISMO E MEIO AMBIENTE**

Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Secretário

Luiz Fernando Motta Nascimento
Subsecretário

Raymundo José de Souza Torres
Assessor Chefe

Maria das Graças Torreão Ferreira
Coordenadora Central de Planejamento Urbano

Maria Cândida Beltrão
Coordenadora Central de Ordenamento do Uso e Ocupação
do Solo

Lutero Maurício Miranda de Souza
Coordenador Central de Planejamento Ambiental

Lícia Margarida Edvardsson
Coordenadora Administrativa

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Presidente

Terezinha Lúcia Gonsalves Rios
Chefe de Gabinete

Maria Tereza Andion Torreão
Assessora Chefe

Elisabeth Bonfim Lepikson
Gerente de Planejamento

Telma Virgínia Pereira Brito
Gerente de Projetos

Nilene Bastos Viana
Gerente de Informações

Edison Ubaldo de Melo Dórea
Gerente Administrativo-Financeira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4	2. Atualização do Cadastro de Legislação Ambiental.....	30
I – PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO	6	3. Decreto Nº 12.893 – Permissão de Uso dos Logradouros Públicos e Obras de Artes Especiais do Município.....	31
1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU Salvador	7	4. Análise de Empreendimentos, Atividades e Publicidade.....	31
II – PLANOS E PROJETOS URBANÍSTICOS.....	11	IV. REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA	33
1. Projeto da Rua Chile e Adjacências	12	1. Projetos Concluídos e Disponíveis.....	34
2. Projeto da Praça da Sé	13	1.1. Praça Ana Lucia Magalhães	34
3. Projeto do Viaduto da Sé	14	1.2. Praça Bela Vista do Lobato.....	35
4. Plano de Revitalização para a Área do Comercio.....	15	1.3. Praça Campo da Pronaíca.....	36
5. Plano de Revitalização para a Largo 2 de Julho.....	17	1.4. Praça João Mangabeira	37
6. Urbanização da Área do Estacionamento do Centro Comercial Chame-Chame	18	1.5. Rotula Paripe.....	37
7. Projeto Urbanístico e de Saneamento Integrado do Dique do Cabrito	18	1.6. Recanto dos Pássaros	38
8. Projeto Urbano-Ambiental da Lagoa da Paixão.....	22	1.7. Entorno do Mercado de Itapuã.....	39
9. Projeto do Parque ambiental do Manguezal do Passa Vaca.....	24	1.8. Terminal Turístico de Ondina.....	40
III – ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E ANÁLISE DE EMPREENDEMENTOS E ATIVIDADES DE IMPACTO URBANO-AMBIENTAL.....	27	2. Obras em Andamento	41
1. Revisão da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS	28	2.1 Alameda Praia de Auaratiba	41
		2.2 Calçadão – Rua da Grécia	41
		2.3 Largo da Madragoa	41
		2.4 Rotula da Feirinha	41
		2.5 Praça Simões Filho	41
		2.6 Praça do Sol	41
		2.7 Mercado de Itapuã	41
		2.8 Mercado do Peixe	41

3. Obras Concluídas	41	3. Documentação Urbana	61
3.1 Alto das Pombas.....	41	4. Sistema de Informações Municipais – SIM	63
3.2 Praça Olga Mettig.....	42	5. Salvador em Dados.....	63
3.3 Praça Jose Guilherme Macedo Filho	43	6. Projeto Denominação de Logradouros	63
3.4. Praça São Vicente	45	7. Numeração Métrica Linear	64
3.5 Elevador Lacerda	46	8. Neoinventario dos Parcelamentos Aprovados	65
3.6 Escadaria do Itaigara.....	47	9. Maquete de Salvador	67
3.7 Avenida Manoel Dias da Silva	48		
3.5 Avenida Luiz Viana Filho – Paralela	49	VIII – ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.....	69
V – CIRCULAÇÃO E TRANSPORTE	51	1. CONDURB	70
1. Planos Funcionais de Armação.....	52	2. Representações Institucionais	70
2. Plano de Mobilidade da Área Central de Salvador	53	3. Participação em Eventos.....	70
VI – MEIO AMBIENTE	54	IX– IMPRENSA.....	73
1. Projeto de Educação Ambiental nas Escolas da Península de Itapagipe.....	55	X – QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL.....	75
2. Projeto “Escola, Música e Meio Ambiente”.....	55	1. Treinamento	76
3. Fórum de Parceiros da SMEC.....	57		
4. Dia Mundial do Meio Ambiente	57		
VII – INFORMAÇÕES PARA GESTÃO URBANA.....	59		
1. Intranet da Rede SEPLAM/FMLF	60		
2. Geoprocessamento	60		



Apresentação
Relatório Anual 2002

O presente relatório contempla as ações desenvolvidas pela **Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM** e pela **Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF** ao longo do ano de 2002.

Neste ano concluímos os trabalhos de elaboração do **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Salvador**, importante instrumento de gestão da nossa Cidade. O PDDU define as diretrizes básicas de desenvolvimento, contemplando aspectos urbanísticos, ambientais e sócio-econômicos. Estaremos desencadeando a partir de fevereiro de 2003 os trabalhos de discussão do PDDU com apresentações para a imprensa, disponibilização do texto na internet, para o Grupo Intersetorial, CONURB, entidades de classe, Universidade, realizando audiências públicas e Câmara de Vereadores. Paralelamente à esse trabalho, avançamos na revisão da **Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS**, ajustando as diretrizes do novo Plano e revisando parâmetros de modo a adequá-la as demandas atuais da cidade.

Também ao longo deste ano acompanhamos a conclusão das obras da terceira etapa de reurbanização da **Av. Manoel Dias da Silva**. Ainda no âmbito da requalificação dos espaços públicos realizamos importantes avanços nos trabalhos de reurbanização da Área Central de Salvador, particularmente do **Largo Dois de Julho e do Comércio**, espaços plenos de significado histórico e que, apesar dos processos de transformação de Salvador, continuam a ocupar posição estratégica na malha urbana da Cidade. Neste âmbito destacamos a realização de estudos, pesquisas e seminários objetivando identificar segmentos sociais interessados em fixar residência neste espaço. A Caixa Econômica Federal participou deste trabalho disponibilizando recursos para investimentos da iniciativa privada, necessários a reciclagem de uso (PAR) e a missão do governo francês fornecendo tecnologia e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos de reciclagem. Vale também registrar o projeto desenvolvido no **Alto do Cabrito**, em articulação com a Secretaria de Habitação do Município, governo do estado, Caixa Econômica Federal e Universidade Federal da Bahia. Além disso, mantivemos atualizado nosso estoque de projetos de modo a

assegurar o constante trabalho de melhoria da qualidade dos espaços de convivência.

Avançamos também de modo significativo no trabalho de colocação das novas placas identificadoras de logradouros. Tendo ultrapassado sua fase de ajuste técnico, o **Projeto Denominação de Logradouros** desenvolveu-se com bastante agilidade superando as expectativas iniciais. Este trabalho é resultado de convênio da PMS com diversos órgãos das administrações municipal, estadual e federal, bem como empresas e entidades privadas. Em relação ao **Meio Ambiente**, destacamos a realização dos trabalhos de educação ambiental com especial ênfase para a realização do III Festival de Música, que passa a se constituir um importante evento para alunos do primeiro grau e um importante instrumento de educação e de estímulo à criatividade dos nossos jovens.

Na área de **Geoprocessamento e Informatização** destacamos o trabalho de permanente atualização da informatização da LOUOS, a atualização de inventários de loteamentos, a estruturação do Sistema de Informação Municipal – SIM, a Homepage do Sistema de Planejamento, além dos trabalhos de informatização e modernização da SEPLAM e FMLF com a aquisição de novos equipamentos e qualificação de pessoal.

Salvador, dezembro de 2002

Manoel R.G. Lorenzo

Secretário Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira

I. Planos Municipais de Desenvolvimento

Relatório Anual 2002

1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU Salvador

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - Salvador 2000 consubstancia a Revisão e Atualização do Plano Diretor vigente, aprovado pela Lei nº 3.525, de 11.09.1985.

Elaborado a partir da edição do Decreto Nº 12.086, de 25.08.1998, de acordo com os preceitos constitucionais, e adotando-se o conceito do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano como instrumento básico de política urbana, define o padrão de desenvolvimento social e econômico, orientando as ações dos agentes públicos e privados no Município.

Foram realizados quarenta e quatro trabalhos entre estudos e análises sobre a realidade de Salvador, dos quais vinte e um mediante consultorias externas, sendo os demais realizados por equipe interna composta por técnicos da COPLAN/SEPLAM e através do convênio 02/99 SEPLAM/CETEAD. Estes trabalhos compreenderam os campos do desenvolvimento socioeconômico (9), do sítio físico e meio ambiente (2), do espaço e assentamento (5), da infra-estrutura (14), dos serviços sociais (9) e da gestão pública (4).

Simultaneamente aos estudos e análises, foram desenvolvidos os referenciais teóricos do Plano — fundamentos institucionais, concepção, estrutura e princípios —, e apresentada a primeira versão preliminar para discussão interna, em janeiro de 2001.

Com a aprovação da Lei Federal nº 10.257, de 10.07.2001 – Estatuto da Cidade, abriram-se novas possibilidades para a aplicação de instrumentos de política urbana, procedendo-se à

adequação correspondente do PDDU Salvador 2000. No ano de 2002 foram realizadas as seguintes atividades:

- Revisões dos textos das proposições espaciais;
- Revisão dos limites das Regiões Administrativas em função dos Setores Censitários do Censo 2002;
- Revisão das diretrizes e proposições para o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural;
- Revisão das Políticas de Cultura e Habitação;
- Revisão e consolidação dos Estudos e Análises Específicas de apoio ao Plano para disponibilização na Biblioteca da Fundação Mário Leal;
- Elaboração da Versão Sintética do PDDU Salvador 2000 para disponibilização na Internet;
- Montagem das informações do Plano segundo Regiões Administrativas;
- Elaboração de Minuta de Anteprojeto de Lei do Plano Diretor.

O PDDU Salvador 2000 será composto de dois documentos legais: a Lei do Plano Diretor e Lei do Processo de Planejamento e Gestão Participativos.

A lei do Plano é composta do corpo da Lei e de três anexos, quais sejam: o documento do Plano propriamente dito; o arrolamento dos estudos e análises específicos que compõem uma coletânea, dando sustentação às proposições do Plano; e as plantas, com as delimitações formais das áreas correspondentes às diretrizes do PDDU Salvador 2000, compreendendo:

2.1 Os Antecedentes e Fundamentos Institucionais do Plano, no qual se analisa e aponta os principais marcos do processo de planejamento urbano, se indica as bases legais que dão lastro à revisão, bem como os dispositivos constitucionais considerados;

2.2 Situação Geográfica, que trata das principais informações sobre o posicionamento geográfico do Município;

2.3 Questões Fundamentais do Desenvolvimento de Salvador, análise qualitativa, na qual são apresentadas as questões relevantes para o desenvolvimento da Cidade, sejam potencialidades que merecem ser valorizadas/otimizadas, ou bloqueios que necessitam ser enfrentados e superados, quais sejam:

(a) Desenvolvimento Socioeconômico - no qual se destacaram como potencialidades: a cultura; o tamanho da população; o fato de Salvador ser a sede da RMS; e como bloqueios: a desigualdade social e econômica; os baixos salários; o desemprego; a assistência social insuficiente e o frágil processo de participação e integração de sociedade na gestão urbana.

(b) Qualidade Ambiental Urbana - evidenciando como potencialidades: a existência de ecossistemas significativos; a implantação de soluções de esgotamento sanitário, de forma extensiva, com reflexos positivos nas condições de saneamento; a ampliação das condições de acessibilidade e transportes; mas que, no entanto, não são suficientes para reverter o quadro de precariedade da estrutura urbana de

grandes espaços da Cidade, caracterizados pela pobreza e baixos padrões de qualidade de vida. Foi também considerada a Qualidade Ambiental Intra-Urbana, como tal compreendida a heterogeneidade dos subespaços que compõem o território municipal, em termos de potencialidades e de vulnerabilidade à degradação e carência de equipamentos e serviços urbanos;

A Organização Espacial - aponta a condição privilegiada da Cidade por sua situação geográfica e paisagem natural, cujo processo de ocupação nem sempre respeitou ou valorizou estes atributos. A ocupação na Cidade ocorreu de forma extensiva, acarretando um grande comprometimento da área continental e a conseqüente escassez progressiva de terrenos vazios.

2.4 Variáveis e Indicadores Locais - Evolução, Projeções, Demandas Consideradas - sistematiza as principais informações setoriais necessárias ao planejamento e que fundamentam as análises qualitativas.

São apresentadas as informações relacionadas ao planejamento, gestão e estrutura atual do sistema, abordando a organização, oferta e demandas a serem atendidas, atuais e projetadas.

2.5 Diretrizes e Proposições Específicas - abordam os aspectos do desenvolvimento econômico, social e da qualidade ambiental urbana, considerando o rebatimento da atuação nos diversos campos. Contempla diretrizes e propostas de orientação à ação direta e indireta da administração municipal na área econômica, dos serviços sociais de educação, saúde,

assistência e promoção social, segurança pública, dos serviços municipais e da infra-estrutura relacionados à defesa civil, iluminação pública, abastecimento alimentar, cemitérios, limpeza urbana, telecomunicações, energia e saneamento - esgotamento sanitário, drenagem e abastecimento de água - e da gestão pública.

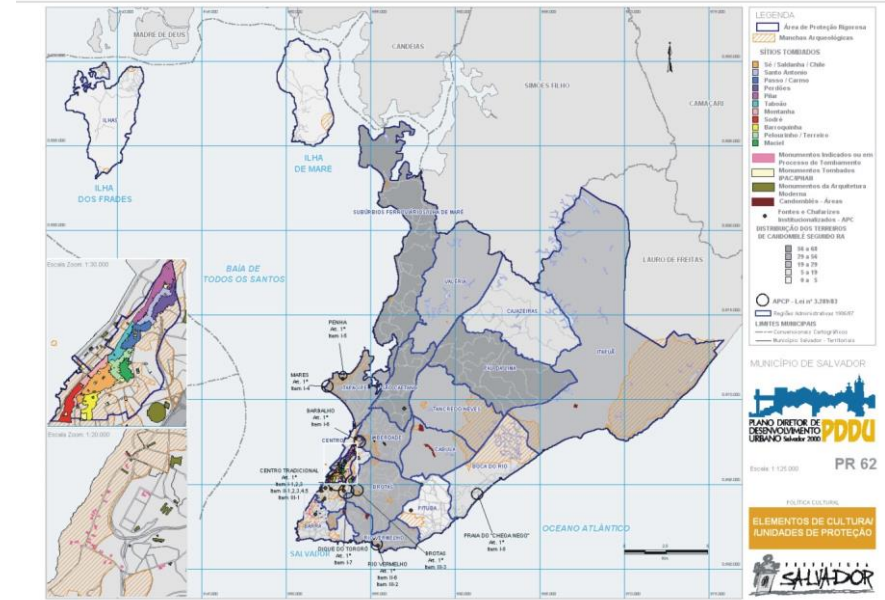
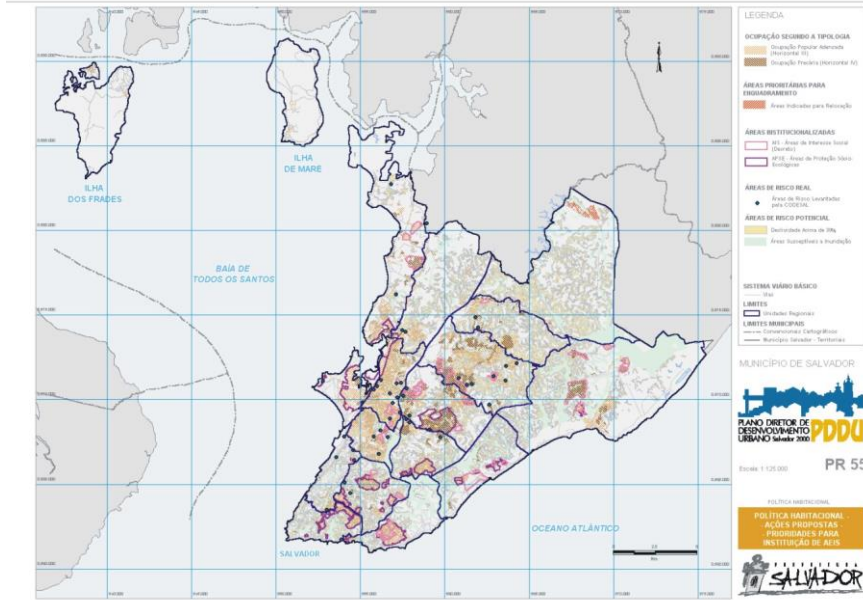
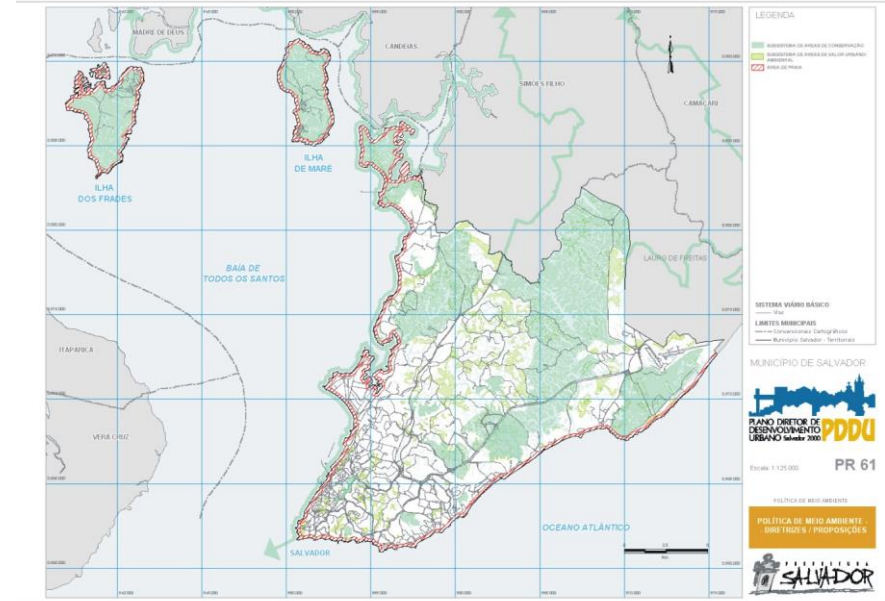
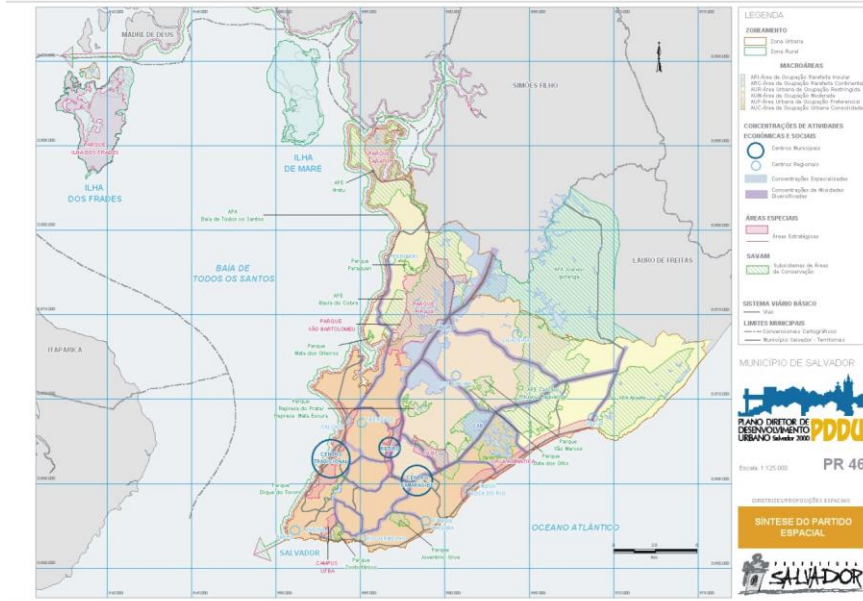
2.6 Diretrizes e Proposições Espaciais – contém a proposta de revisão da subdivisão do território em unidades espaciais de planejamento e gestão, o partido espacial geral e as orientações espaciais específicas para: as macroáreas de assentamento residencial; as atividades econômicas e sociais; a circulação e transportes – Sistema Viário; a rede estrutural de transporte coletivo; o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM; a Área de Borda Marítima e as Áreas Sujeitas a Tratamento Especial;

2.7 Indicações para Políticas de Habitação, Cultura e Meio Ambiente – delinea o quadro do Município nesses campos, e traça orientações para a ação da sociedade, considerando tratar-se de setores cuja atuação cabe a ela preponderantemente, cumprindo ao poder público estabelecer as orientações gerais da política;

2.8 Proposições para a Implementação do Plano – compreende as ações programáticas necessárias à efetiva realização do Plano, programas e projetos relativos aos diversos setores, incluindo indicações para legislação

complementar, gestão, orçamentação e processo de planejamento.

Com a finalização da “Versão Preliminar para Debate” do PDDU Salvador, deve iniciar-se um processo amplo de discussão com a sociedade, em seus diversos segmentos, para a complementação, correção e ajustes na proposta e encaminhamento à Câmara Municipal, com vistas à aprovação e implementação.



II. Planos e Projetos Urbanísticos

Relatório Anual 2002

1. Projeto da Rua Chile e Adjacências

Tendo em vista a comemoração dos “Cem Anos da Rua Chile”, realizada em 16 de julho de 2002, fez-se necessário a execução de um projeto de revitalização para aquela área, buscando resgatar assim o seu valor histórico e cultural.

A área em questão – Praça da Sé e Praça Castro Alves - faz parte da 1ª etapa “Polígono da Identidade Cultural”, cuja estratégia é a recuperação e a renovação dos corredores e espaços públicos de grande valor referencial, tendo passado por um processo de degradação ao longo dos últimos anos.

São seguintes as principais intervenções:

- recuperação de 09 (nove) fachadas dos imóveis;
- instalação de redes elétrica e telefônica subterrânea;
- proposta de reestruturação de circulação de veículos e pedestres;
- proposta de instalação de engenhos publicitários.
- paginação de passeio em concreto lonado e granito.
- proposta de inversão do sentido de tráfego no binário Chile-Misericórdia/Viaduto da Sé-Ajuda.
- proposta de urbanização da Praça Castro Alves, inclusive paisagismo, com plantio de palmeiras imperiais.

- alargamento de passeios, visando priorizar e ofertar melhor conforto aos pedestres.
- proposta de iluminação pública com instalação de novo desenho de posteamento



Vista atual da Rua Chile



Proposta da Recuperação de Fachadas

2. Projeto da Praça da Sé

O projeto de requalificação urbana da Praça da Sé teve a primeira etapa de sua obra inaugurada em 29 de março de 1999, na ocasião em que a Cidade do Salvador comemorava os seus 450 anos de fundação.

A 2ª etapa, concluída em 09 de setembro de 2002, abrangeu a área do Belvedere da Sé - onde se situa a "Cruz Caída"- e a área em

frente ao Cine Excelsior onde estão situados os alicerces do Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas.

São as principais intervenções:

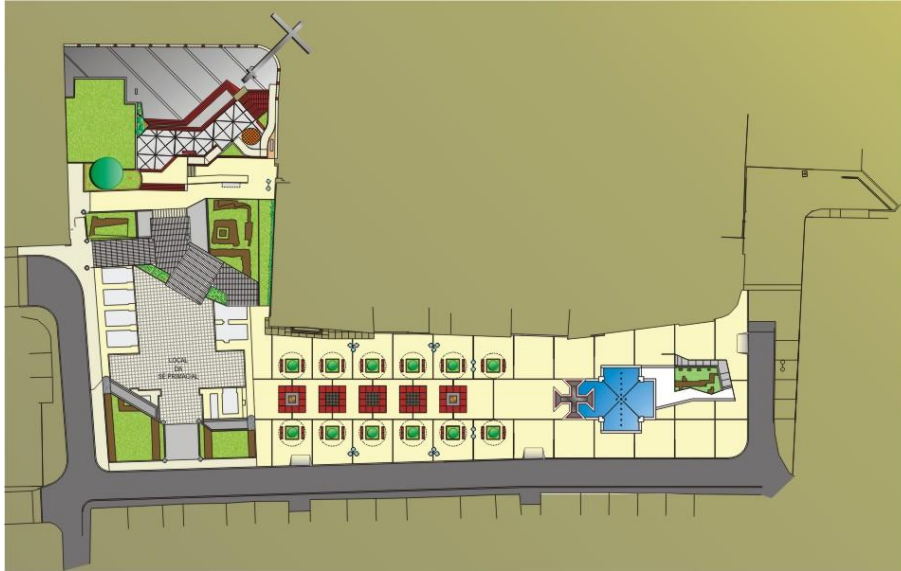
Na área do Belvedere:

- construção de rampas de acesso para deficientes físicos;
- conclusão do espaço destinado para exposições e cafeteria.
- consolidação e plantio de grama nas áreas evidenciadas dos alicerces da antiga Igreja da Sé;
- sonorização das escadarias

Na área do Pátio dos Estudos Gerais:

- trabalho de prospecção arqueológica
- piso em granito, dando continuidade à paginação de piso existente na Praça;
- implantação de uma Cruz de Malta revestida de granito e aço inox, em relevo;
- evidenciação e consolidação dos alicerces do Colégio dos Jesuítas;
- instalação de uma fonte cibernética, em uma área de 170 m², com atrativos sonorizados, cenários seqüenciais, efeitos sincronizados de água, cor e som, comandada por sistemas

informatizados com capacidade de funcionamento autônomo e automatizado;



Planta baixa da Praça da Sé



O monumento à Cruz de Malta e a Fonte Cibernética em funcionamento

3. Projeto do Viaduto da Sé

O Projeto de Restauração do Viaduto da Sé que fica situado à Rua José Gonçalves, Salvador, onde será implantado um pequeno Shopping Popular, ocupa espaço de formato irregular, com área de 101,65m², atualmente sem utilização e em estado de arruinamento progressivo.

O projeto contempla 01 pavimento que será acrescido de um mezanino, em um dos trechos, visando atender a demanda de comércio e serviço atualmente funcionando na praça Ramos de Queiroz (fundos da Catedral Basílica) e que deverá ser transferida para o espaço sob o Viaduto da Sé, procurando-se respeitar no máximo possível as características originais e resgatar a qualidade arquitetônica do imóvel .

4. Plano de Revitalização para a Área do Comércio

A área do Comércio, importante centro portuário, financeiro, de negócios, operações e serviços, vem diminuindo sua importância com relação a outras regiões da Cidade, notadamente o entorno do Iguatemi.

Entretanto, sabe-se hoje que a área do Comércio de Salvador deverá sofrer profundos impactos advindos de importantes projetos tais como o Sistema Intermodal de Transporte, a Via Náutica, o Plano Urbanístico do Subúrbio, o Programa Bahia Azul e o Projeto de Urbanização da Praça Cayrú e do Largo 2 de Julho, objetos de concurso público realizado pelo IAB e PMS/SEPLAM.

Hoje, a área do Comércio encontra-se em decadência, com inúmeros prédios abandonados e/ou desocupados, necessitando, portanto, de

uma intervenção a curto e médio prazos, no sentido de resgatar e revitalizar uma área central de grande importância para a Cidade, potencializando a sua vocação como centro comercial, além de incentivar novos tipos de usos, sejam habitacionais, educacionais, de serviços, etc.

Merecendo igual atenção, o Largo 2 de Julho é objeto deste estudo, considerando que o mesmo também necessita de uma intervenção, visando a requalificação daquela área, confirmando a sua vocação para os usos habitacional, comercial e de serviço.

Assim, preocupados com a sua degradação e para que aquelas áreas possam acompanhar a dinâmica do crescimento da Cidade a Prefeitura de Salvador, em parceria com a CEF/IPHAN/IPAC e o Governo Francês, vem desenvolvendo o Estudo de Viabilidade de Reabilitação de Imóveis para a Área do Comércio e Largo 2 de Julho.

As principais intervenções realizadas são as seguintes:

- levantamento de edifícios vazios/desocupados, e reunião com empresários que dispõem de imóveis no comércio buscando apresentar uma linha de financiamento da CEF para futura adaptação a novos usos;
- estudos de novos sistemas de transporte, tais como VLT e a Via Náutica;

- ordenamento do comércio informal;
- realização de pesquisa quantitativa e qualitativa (SEPLAM), em parceria com a CEF visando adaptar os imóveis para uso residencial, comercial e de serviços, identificando a demanda dos referidos usos;
- convênio firmado entre a PMS, CEF, IPHAN, IPAC e Governo Francês para elaboração do Estudo de Viabilidade de Reabilitação de Imóveis de Uso Habitacional na Área do Comércio e Largo 2 de Julho;
- seleção pela equipe francesa de 09 (nove) imóveis antigos e 04 (quatro) contemporâneos para transformá-los em habitação;
- cadastro dos imóveis executados pelo IPAC;
- estudo preliminar de 05 (cinco) imóveis antigos, visando a utilização para fins habitacionais
- incentivos municipais para área do Comércio, tais como, instalação de "Call Center", empreendimentos hoteleiros, educacionais, devolução de laudêmio, aquisição, serviços de construção, reforma de unidades imobiliárias e os imóveis arrendados, financiados pelo Programa PAR ou similar.



Vista geral da área de estudo do Comércio



Praça Duque de Caxias – Largo Dois de Julho

5. Plano de Revitalização para a Área do Largo 2 de Julho

A área no entorno do Largo 2 de Julho é uma região antiga da cidade do Salvador, com monumentos de considerável valor histórico, a exemplo do Museu de Arte Sacra, o Colégio Ipiranga (antiga residência de Castro Alves), Clube Fantoches de Euterpes e o Solar do Unhão.

O bairro encontra-se em processo de decadência necessitando de medidas que viabilize a sua recuperação. Trata-se de uma área adensada desde o século XIX com edificações residenciais unidomiciliares, que tinha como perfil uma população predominantemente aristocrática, permeada de intelectuais. Apesar da evolução urbana, ainda mantém características ímpares de sua arquitetura que remonta ao final do séc. XVIII, séc. XIX e início do séc. XX.

Desta forma, a Prefeitura Municipal do Salvador com o objetivo de requalificar o Largo do Mocambinho e os logradouros públicos do entorno, realizou Concurso Público Nacional de Desenho Urbano, sob a organização do IAB/BA, visando a melhoria da qualidade funcional do espaço, o fortalecimento das referências urbanas e de identidades e a valorização histórica e estética do conjunto.

A proposta vencedora ampliou a área de intervenção sugerida pelo edital do concurso (plantas em anexo) assim como as peculiaridades da vida diária da comunidade local, garantindo o fortalecimento dos laços comunitários. O projeto prevê a construção da Passarela das Fachadas, Recanto das Árvores, Mundo da Criança, Edifício Garagem (ainda em estudo de viabilidade), Portal Parque das Esculturas, Mercado de Muitas Cores, além de fonte luminosa, coreto, bancos, calçadão, piso trabalhado e jardinagem.



— Limite da Área Seleccionada

ÁREA PROPOSTA DO CONCURSO PÚBLICO

Os arquitetos contratados pela Prefeitura estão desenvolvendo o projeto de Requalificação do Largo 2 de Julho, apresentando e discutindo as propostas de intervenção com a comunidade do bairro, através de reuniões de forma participativa.

Estão em fase de conclusão, o estudo do sistema viário, desde que o conflito entre pedestres e veículos é um desafio do projeto, o estudo dos impactos (desapropriações) das fachadas das ruas da Força, do Cabeça e da Faísca, da drenagem superficial, pavimentação e mobiliário urbano.

6. Urbanização da Área do Estacionamento do Centro Comercial Chame-Chame

Situado à rua Pedro Leal, nº 04, no bairro do Chame-Chame, área de terra medindo 822,80 m², pertencente ao Mosteiro de São Bento.

São as principais intervenções :

- urbanização da área, com a execução de 08 (oito) boxes padronizados para utilização comercial;
- pavimentação da área;
- instalação de sanitário padronizado fornecido pela SMTU – novo modelo;
- instalação de abrigo de ônibus padronizado – novo modelo;
- acesso para estacionamento de veículos.



7. Projeto Urbanístico e de Saneamento Integrado Dique do Cabrito

O Projeto Saneamento Integrado Dique do Cabrito é decorrente do trabalho “Trechos Críticos do Programa Bahia Azul”, uma iniciativa da Embasa datada de julho de 2001. Através do documento “A problemática dos trechos críticos”, este órgão buscou congregiar as secretarias municipais que atuam na cidade, no intuito de realizar intervenções mais definitivas para estas áreas identificadas como críticas. Neste sentido, por se tratar de uma área de importância histórica e ser uma bacia de retenção de pico de cheias, o Dique do Cabrito surgiu como área prioritária de intervenção, tendo este projeto o objetivo de promover melhorias das condições sanitárias e de drenagem na área.

O Dique do Cabrito localiza-se na bacia do Alto do Camaragipe, entre os Bairros Vista do Lobato, Marechal Rondon e Alto do Cabrito. Compreende uma estreita e contínua área de topografia movimentada, com grandes declives, receptora de diversos cursos de água, oriundo de contribuições pluviais e de esgoto doméstico.

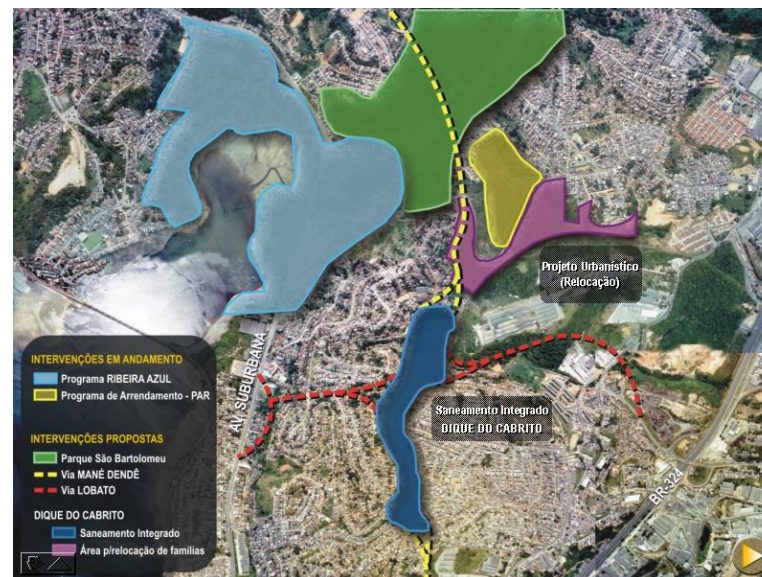
As margens ao longo desta área de lagoas, encontram-se imprópriamente ocupadas por edificações residenciais de população de baixa renda, contribuindo com despejos de águas servidas e esgotos para a poluição do reservatório natural.



Este cenário de degradação ambiental tem comprometido os esforços e investimentos nas soluções do Sistema de Esgotamento

em implementação pelo Programa Bahia Azul, principalmente por ai passar importante interceptor.

A degradação ambiental torna necessário também, uma intervenção urbanística que promova, além das condições para a implementação do sistema de esgotamento, a criação de espaço público, enquanto ambiente de convívio, sociabilização e como meio de integração social, qualificando o espaço com valor ambiental e sócio cultural.



É importante salientar que o entorno da área do Dique de Campinas é extremamente carente de espaços públicos de lazer e convivência, em uma área de grande densidade habitacional e de edificações ocupadas por população de baixa renda, onde a carência destes

equipamentos contribui para a redução da qualidade ambiental urbana.

A população alvo, que será beneficiada diretamente com este empreendimento, ou seja, a população urbana atual da área de abrangência do Projeto é de 200.000 habitantes ou 40.000 famílias.

Assim, este núcleo de trabalho formado na Subgerência de Planos Urbanísticos da FMLF sob a consultoria e orientação de Dr. Robério Bezerra busca estabelecer diretrizes para intervenções urbanísticas inicialmente para a Bacia do Alto Camurugipe, em áreas de implantação do Programa Bahia Azul, utilizando esta Bacia como um projeto piloto para implantação do Modelo de Gestão por Bacias de Drenagem.

Para tanto, foram realizadas ao longo do ano de 2002, as seguintes atividades:

- Visita de campo para fotografar a área;
- Contratação e recebimento da Planta Topográfica, Batimétrica e de Sondagens da área;
- Traçado do Anel Viário circulando o Dique do Cabrito em planta e em perfil;
- Levantamento Quantitativo das unidades a serem relocadas com a implantação do Anel Viário;

- Discussão com o Presidente da Associação dos Moradores do Dique do Cabrito sobre as necessidades da Comunidade;
- Solicitação de um Cadastro Socioeconômico da área à Secretaria de Habitação;
- Desenvolvimento, junto a SEMIN, do Projeto Básico de Drenagem Urbana do Dique do Cabrito, com memorial descritivo, especificações técnicas e quantitativos;
- Solicitação, junto a SEMIN, de financiamento deste projeto através do Programa Pró-Sanear;
- Desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental para a área pela ASTEC.
- Reenquadramento do Projeto ao Programa de Drenagem Urbana em lugar do Pró-Sanear;
- Desenvolvimento do Anteprojeto Urbanístico;
- Elaboração de Planilha Orçamentária do Anteprojeto Urbanístico;
- Reunião com a Assistente Social indicada para o projeto e ampliação do Trabalho Social para incluir o processo de remanejamento das famílias;
- Elaboração de Plantas impressas para Secretaria de Habitação e fornecimento da Base Sicar em arquivos de extensão.dxf à Secretaria de Habitação;
- Reunião na CAIXA com a Missão Francesa e os vários setores envolvidos no Projeto do Dique do Cabrito: Embasa, Caixa, Onda Azul, Semin;

- Desenvolvimento de texto resumo do Projeto Dique do Cabrito, descrevendo suas etapas de trabalho;
- Supervisão do Logotipo do projeto Saneamento Integrado Dique do Cabrito, elaborado pela Gepro;
- Revisão dos projetos viários e de drenagem à luz das plantas topográfica, batimétrica e de sondagens;
- Elaboração e discussão de três traçados viários para o Dique do Cabrito, com projeto de Robério Bezerra;
- Quantificação das unidades a serem relocadas em cada traçado para observar a relação custo/benefício;
- Definição da poligonal de Desapropriação do Dique do Cabrito e da área de relocação;
- Preparação do Decreto de Desapropriação do Dique do Cabrito;
- Desenvolvimento do Caderno de Projetos Executivos dos Equipamentos Urbanos;
- Desenvolvimento do Projeto Urbanístico da área;
- Desenvolvimento de Estudos de Implantação dos Equipamentos Urbanos;
- Encaminhamento do Projeto Básico para a SEMIN, SEHAB e EMBASA;
- Elaboração de apresentação do Projeto na 1º Oficina Técnica organizada pela Caixa;
- Apresentação do Projeto e Participação na 1º Oficina Técnica organizada pela Caixa, realizada no Auditório da Secretaria de Indústria e Comércio;

- Reuniões na Comunidade para apresentação do Projeto;
- Preparação dos documentos para o CRA para o Licenciamento Ambiental;
- Reunião na CAIXA com a Missão Francesa e os vários setores envolvidos no Projeto do Dique do Cabrito: Embasa, Caixa, Onda Azul, Semin;
- Desenvolvimento de texto resumo do Projeto Dique do Cabrito, descrevendo suas etapas de trabalho;

Fora desenvolvido ainda nesta subgerência, o programa para a execução do Projeto Urbanístico com o seguinte conteúdo:

- a) criação de espaços para praticas esportivas como pista de cooper, e praça de ginástica com diversos aparelhos. Outras atividades a serem oferecidas são: jogos de quadra com a implantação de quadra poliesportiva e arquibancadas;
- b) criação de parque infantil com diversos brinquedos;
- c) Prever ao longo da via projetada, áreas para estacionamento, bem como, baias , abrigos e pontos de ônibus;
- d) Criação de praça cultural, com áreas para eventos/ shows, com pequeno palco e arquibancadas;
- e) Execução de decks, pier, rampas, escadarias com acesso ao espelho d`água;

- f) Prever a implantação de quiosques para a comercialização de produtos (lanches, cocos, baiana de acarajé e etc.);
- g) Prever implantação de módulo policial/polícia comunitária;
- h) Dotar a área de diversos mobiliários urbanos como lixeiras, bancos, protetores de jardins, telefone público e etc;
- i) Execução de contenções e aterros mínimos, tirando sempre o maior proveito da topografia natural;
- j) Execução de paisagismo com a criação de gramados, plantio de árvores, arbustos e plantas ornamentais, preferencialmente nativas e resistente ao clima e ação depredatória;
- k) Soluções para drenagem pluvial;
- l) Sinalização horizontal e vertical;
- m) Iluminação pública geral.



8. Projeto Urbano-Ambiental da Lagoa da Paixão

O objetivo deste trabalho é a recuperação físico-ambiental da Lagoa da Paixão e do seu entorno. Tem-se como meta a implantação do Projeto de Urbanização e Paisagismo do entorno da Lagoa da Paixão e a população beneficiada é a comunidade do Subúrbio Ferroviário, situada nas proximidades da área estudada, notadamente os habitantes dos conjuntos habitacionais Jardim de Valéria I (500 unidades), Jardim de Valéria II (409 unidades), Lagoa da Paixão (500 unidades), Recanto da Lagoa I e II (750 unidades),

Bosque da Lagoa (82 unidades), Jardim Lagoa (68 unidades) e Bosque de Valéria (252 unidades).

A Lagoa da Paixão situa-se na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Cobre, APA Estadual, e concentra a maior parte das nascentes que alimentam o rio do Cobre e a represa por ele formada. Está ainda inserida na RA-15 e ZR-31 / Valéria, ao Norte de Salvador. É servida ao Norte pela Via Bronze, a Oeste pela BA-528 e articula-se com a BR-324 através da Estrada Nova Brasília.

A implantação de diversos conjuntos habitacionais, a extração de arenoso procedida pela Schindler e a retirada da vegetação vêm promovendo, paulatinamente, a degradação da área, comprometendo a qualidade e o volume da água da bacia, causando assoreamento de boa parte da lagoa e suas nascentes e forte erosão do terreno.

A partir das diretrizes do Projeto Subúrbio recém concluído, a Prefeitura decidiu elaborar uma proposta de recuperação físico ambiental para a área. Para o desenvolvimento de tal proposta, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- reconhecimento da área e levantamento do atual estado de conservação do entorno imediato da lagoa;

- identificação de recursos naturais renováveis (fauna, flora, ar, água e solo), dos recursos não renováveis (mineração de materiais classe II-arenoso, sem a implementação de um PRAD compatível) e de ações antrópicas que estão sendo desenvolvidas no território;
- levantamento fotográfico aéreo panorâmico e terrestre, visitas ao local e estudos para a articulação viária, além de contatos com a CONDER, INOCOOP, EMBASA, BAHIA AZUL, quanto às intervenções locais;
- redefinição da Via de ligação entre a BA- 528 e a Estrada Nova Brasília quando da elaboração do Projeto Executivo;
- elaborada a Minuta de Decreto de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de área de terreno, com acessões e benfeitorias pertencentes à Mineradora Schindler;
- encaminhada solicitação à SETHA a avaliação da área da Lagoa da Paixão, a ser desapropriada.

Para o próximo ano tem-se como perspectiva o desenvolvimento executivo do projeto e a sua implantação.



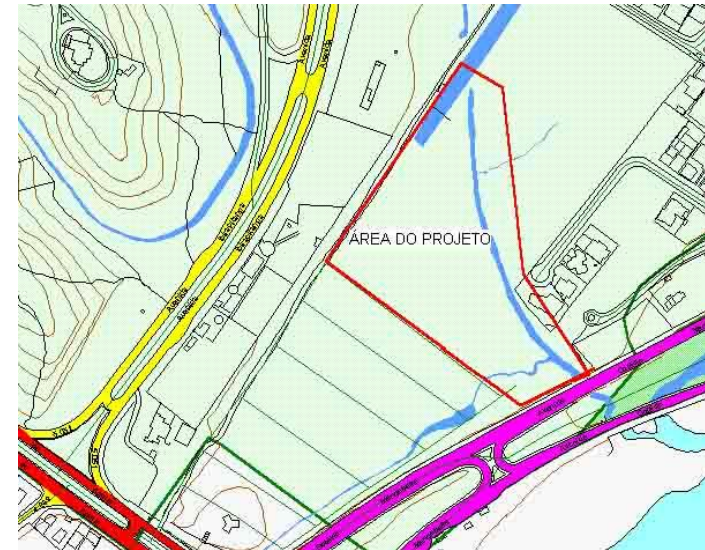
Lagoa da Paixão

8. Projeto do Parque Ambiental do Manguezal do Passa Vaca

O partido adotado no Projeto Urbanístico e Arquitetônico do Parque Ambiental do Manguezal do Passa Vaca, com o seu Núcleo de Educação Ambiental, busca a harmonia com o seu entorno, além de selecionar materiais compatíveis à potencialidade ecológica da área. Certamente esse novo equipamento urbano-ambiental da cidade, voltado ao lazer e educação, beneficiará não somente a comunidades próximas, por revitalizar um espaço que se encontra hoje degradado, mas também a outras comunidades, através de visitas realizadas por escolas e instituições públicas/privadas que poderão contemplar e aprender sobre manguezais. Esse

equipamento, em pleno sub-centro de Salvador, também atrairá o turista que se encanta com a natureza, incentivando o ecoturismo.

A poligonal onde se desenvolve o projeto faz parte da Zona de Concentração de Uso, ZR-25; Região Administrativa RA-10, da localidade Patamares; e do decreto 4756/75. É também considerada como Área Arborizada 080 AA. Está enquadrada como Área de Borda e classificada como zona residencial, localizada no bairro de Pituaçu, vizinho ao Loteamento de Patamares, no local conhecido como Terceira Ponte. O rio do Passa Vaca nasce no Trobojé e Mocambo, tributário da bacia do Jaguaribe, passa pelo Loteamento de Patamares e atravessa a poligonal em questão, indo desaguar na foz do Jaguaribe, na praia de Corsário.



Com uma área total de 18.776,00 m², é limitada ao sul pela avenida Otávio Mangabeira, a norte pelo Loteamento Patamares, a leste pelo loteamento Piatã e a oeste pelo condomínio Veredas Tropical.

Relevo/Vegetação:

A área apresenta um terreno com característica de manguezal do litoral baiano, com superfície quase plana, de vegetação rasteira, tributária do rio passa vaca, em cujas margens se situa toceiras de árvores de maior porte. Encontramos várias espécies de crustáceos como, caranguejos, aratus, siris e gaiamuns, que servem de alimentos para algumas comunidades, apesar da intensa poluição que sofre o manguezal.

As principais diretrizes que nortearam o projeto foram:

- Criar um espaço destinado à educação ambiental que se interliga com os espaços externos e que forme o pólo das demais áreas do projeto;
- Desenvolver outras áreas de lazer que sirvam de apoio ao Núcleo Ambiental;
- Desenvolver um equipamento que desperte o interesse para se “descobrir” o manguezal, através da presença de uma passarela e mirante;
- Preservação, integração e harmonia com o entorno.

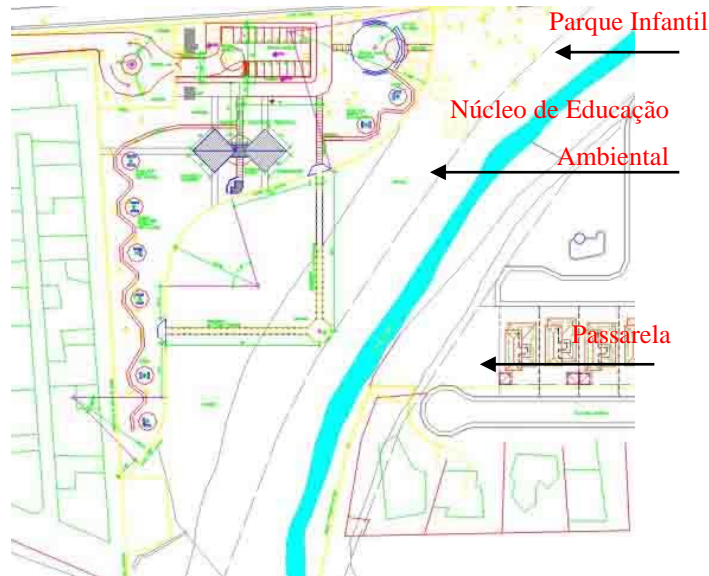
O Zoneamento:

Com o intuito de disciplinar melhor as funções a área foi dividida da seguinte forma:

- *Acesso:* foi criada uma rótula no acesso único ao Parque, e marcado por um tótem de sinalização;
- *Estacionamento:* localizado e limitado logo na entrada da área para evitar a circulação de automóveis no interior desta;
- *Vias de circulação:* possui apenas uma única via de circulação concentrando assim o tráfego interno na área;
- *Guarita:* para garantir uma maior segurança foi projetada logo na entrada da área;
- *Loja:* também próxima ao acesso foi proposto uma unidade comercial (loja).
- *Parque Infantil Temático:* espaço destinado ao lazer infantil localizado próximo ao estacionamento e delimitado pelo manguezal;
- *Núcleo de Educação Ambiental:* localizado no centro da área e diretamente articulada aos demais usos;
- *Módulo Auxiliar:* que serve de apoio tanto ao Núcleo Educacional quanto aos serviços de apoio ao próprio manguezal e está localizado entre as duas áreas;
- *Passarela/Mirante:* nasce próxima ao núcleo ambiental e segue em direção ao caminho com centros de vivência (estar) ladeando parte do manguezal;
- *Caminho/Estar:* para que o público possa circular internamente pela área foi proposto um caminho ao longo

desta, composto também de áreas de estar que permitirá sua melhor contemplação;

- *Cercamento de todo o Parque.*

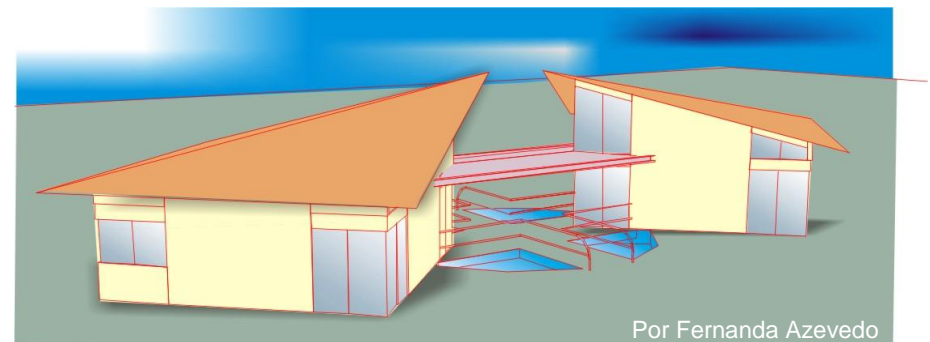


Para o Projeto do Parque Ambiental do Manguezal do Passa Vaca foram entregues pela arquiteta Márcia Reis a SEPLAM /PMS até o dia 29 de novembro de 2002 á Coordenação do Meio Ambiente, as seguintes peças gráficas, especificações e memoriais, impressas e em meio digital, divididas em três fases de projeto:

Esse projeto, pretende revelar um belíssimo ecossistema brasileiro, um verdadeiro resquício de manguezal na nossa Orla Atlântica no

perímetro urbano de Salvador; recuperá-lo, pois é conhecido pela função de “maternidade” para espécies marinhas que ali se reproduzem; dotar nossa cidade de uma nova área para educação, lazer e turismo ambiental; melhorar a qualidade de vida das comunidades do entorno e das pessoas que praticam a “mariscagem” como meio de subsistência; além de envolver outras instituições, comunidades e organizações não governamentais na preservação e monitoramento do Parque.

Como uma área onde encontramos um significativo exemplar de manguezal em localização tão privilegiada, é possível concluir que a realização deste **Projeto do Parque Ambiental do Manguezal do Passa Vaca**, com seus equipamentos e o Núcleo de Educação Ambiental venham contribuir sobremaneira no sentido de enriquecer o acervo de equipamentos urbanos voltados para a educação e preservação dos valores naturais e ambientais da nossa cidade.



Por Fernanda Azevedo

Perspectiva do Núcleo de Educação Ambiental

III. Atualização da Legislação e Análise de Empreendimentos e Atividades de Impacto Urbano Ambiental

Relatório Anual 2002

1. Revisão da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS

Este trabalho tem como objetivo dotar a cidade de um documento legal de controle do ordenamento do uso e da ocupação do solo, atualizado e capaz de acompanhar o desenvolvimento da estrutura urbana Municipal.

A Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo - LOUOS, promulgada em 23 de julho de 1984, foi submetida a sucessivas revisões, tanto pelos técnicos responsáveis pela sua elaboração e aplicação, quanto por profissionais que atuam na área, porém nunca foi implantado um processo permanente de avaliação como previsto na Lei do Processo de Planejamento e Participação Comunitária.

Durante seu período de vigência, 16 anos, a LOUOS, teve seu conteúdo alterado por uma série de diplomas legais, alguns deles resultantes das avaliações acima citadas e outros, frutos de pressões de segmentos da população, porém nunca foi submetida a uma avaliação e atualização que abrangesse seus aspectos estruturais.

Com o início dos trabalhos de revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, uma avaliação da estrutura e

do conteúdo da LOUOS, como instrumento legal de viabilização do mesmo, tornou-se imprescindível ao processo.

Para montagem da metodologia de trabalho de avaliação e atualização da LOUOS, partiu-se do pressuposto que preliminarmente a quaisquer propostas de modificação da mesma, seria necessária uma avaliação da eficácia das normas estabelecidas e da estrutura do documento legal, não tendo como enfoque apenas a atualização do seu conteúdo de acordo com as novas diretrizes do Plano.

Para tanto, considerou-se o aspecto estrutural do documento legal, que poderiam ser analisados independentemente do Processo de Revisão e Avaliação do PDDU adotando-se para cada um deles uma sistemática específica de análise:

- Conceitos
- Listagem dos empreendimentos e das atividades que configuram o uso e a ocupação do solo – Agrupamento de Usos;
- Zoneamento de Uso e Ocupação;
- Critérios de Compatibilidade Locacionais.

Após a conclusão destas avaliações, foi iniciado o processo de elaboração de propostas considerando uma nova estrutura para o controle e ordenamento do uso e da ocupação do solo.

A nova estrutura de lei, tem como enfoque principal o ordenamento do uso do solo através da caracterização do funcionamento das atividades urbanas.

No momento do pedido de licenciamento, o requerente deverá discriminar todas as atividades urbanas solicitadas, bem como o porte dos respectivos espaços a serem ocupados.

Levando em consideração a natureza de cada uma das atividades urbanas que se pretenda instalar no empreendimento, a nova proposta permitirá um controle mais efetivo do impacto gerado por cada uma delas na estrutura urbana.

Complementarmente, foram identificados critérios relativos ao porte do empreendimento, que visam o controle dos impactos que os mesmos possam causar à paisagem urbana quando da sua implantação.

Esta forma de controle proporciona uma maior flexibilidade quanto à localização dos usos, desde que sejam implantadas as medidas mitigadoras exigidas para cada um dos níveis de impacto.

Com base na estrutura proposta, foram estabelecidos uma bateria de critérios visando a classificação e enquadramento das atividades e empreendimentos segundo o nível de impacto que causam na estrutura urbana, referentes aos seguintes aspectos:

- Pólos Geradores de Tráfego;
- Poluição Ambiental;
- Alterações na Paisagem Urbana.

Foram as seguintes as principais realizações deste ano:

- Análise da proposta do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, com relação ao ordenamento do uso e da ocupação do solo;
- Proposta para Legislação específica para análise de empreendimentos considerados como Pólo Gerador de Tráfego – PGT.
- Estabelecimento de normas e critérios para o ordenamento do uso do solo no que se refere ao potencial de poluição ambiental gerado pelas diversas atividades, com base no estudo de impacto realizado.
- Análise de Proposta para pesquisa de empreendimentos considerados pólos Geradores de Tráfego – PGT e Manual de utilização da Legislação de PGT elaborados pela DMC Engenharia SC Ltda, através de contrato de consultoria.
- Proposta de parâmetros urbanísticos para a nova lei de ordenamento do uso e da ocupação do solo de acordo com as diretrizes do novo Plano Diretor;
- Estabelecimento das zonas de uso e ocupação do solo de acordo com as diretrizes do novo plano;

- Análise de processos de empreendimento considerados Pólos Geradores De Tráfego.

São os seguintes os trabalhos em andamento:

- Estabelecimento das áreas especiais e de suas restrições de uso e ocupação do solo de acordo com as diretrizes do novo plano;
- Elaboração dos estudos para estabelecimento dos critérios de compatibilidade locacionais entre as diversas atividades;
- Contratação de pesquisa para estabelecimento de parâmetros para empreendimentos considerados como Pólos Geradores De tráfego;
- Estudo as atividades Industriais visando seu enquadramento por nível de poluição e estabelecimento de critérios para seu funcionamento;
- Estabelecimento de critérios e restrições para parcelamento do Solo.

Como perspectiva para o próximo ano prevê-se a elaboração de anteprojeto de Legislação de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.

2. Atualização do Cadastro de Legislação Ambiental

Esse trabalho consistiu no levantamento da legislação ambiental que incide sobre o município de Salvador, objetivando fornecer informações sobre a legislação incidente no Município e subsidiar a elaboração do PDDU.

Trata-se portanto de um trabalho que permite a consulta e a avaliação dos instrumentos legais, particularmente no que diz respeito a definição do limite de atuação do município na área ambiental. A sua relevância pode ser atestada pela grande incidência de consultas feitas por estudantes e técnicos, inclusive de outros órgãos.

Como perspectiva de continuidade, pretende-se aprofundar esse trabalho de sistematização com apoio de consultoria jurídica. Nesse caso, pretende-se aprofundar a discussão sobre a abrangência da atuação do município para legislar, fiscalizar e gerir os recursos ambientais no seu território. Adicionalmente deve-se agregar, de forma sistematizada, os novos documentos legais que regularmente passam a integrar nosso arcabouço jurídico.

3. Decreto Nº 12.893 – Permissão de Uso dos Logradouros Públicos e Obras e Artes Especiais do Município.

Pretendeu-se com esse trabalho, regulamentar o uso de logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo, do subsolo e de obras de arte especiais de domínio municipal, para a implantação, instalação e passagem de infra-estrutura em rede de utilidades por entidades de direito público e privado.

Ao longo desse ano foram feitas emissões das seguintes minutas:

- termo de permissão;
- instruções normativas para autorização e fiscalização de obras e serviços nos logradouros e obras de arte especiais;
- cadastro simulado;
- decreto Nº 13.168 que complementa o decreto inicial Nº 12.893;

Esse trabalho foi concluído com a redação final do Termo de Permissão de Uso - TPU e o envio dos TPUs para as empresas permissionárias.

4. Análise de empreendimentos, atividades e publicidades.

São os seguintes os objetivos deste trabalho:

- Avaliar e propor alternativas a fim de compatibilizar a implantação dos empreendimentos e atividades de impacto com a estrutura urbana da cidade;
- Otimização e agilização nas rotinas e procedimentos com vistas a redução de prazos de permanência dos processos no setor;
- Compatibilizar os instrumentos legais existentes com a cidade real.

Foram desenvolvidos ao longo do ano de 2002 atividades de suma importância para a análise de empreendimentos, atividades e publicidades a se implantarem na cidade. Como exemplo podemos citar:

1. *Análise e encaminhamento de aproximadamente 950 processos;*
2. *Encaminhamento de Projetos de Lei;*
 - 2.1. *Consolidação do Mapeamento de Áreas Verdes do Município;*
 - 2.2. *Alteração da LOUOS – em diversos níveis;*
 - 2.3. *Desafetação de área pública no Cabula;*
 - 2.4. *Edição do decreto do plano funcional da Av. Afrânio Peixoto;*

2.5. Edição de Portarias e Instruções Normativas regulando artigos da LOUOS

- 3. Controle de cessões e de Uso de TRANSCON – Transferência do Direito de Construir;*
- 4. Vistorias e atendimento ao público;*
- 5. Participação na elaboração e avaliação contínua do CD aplicativo da LOUOS;*
- 6. Representação junto ao Ministério Público.*
- 7. Avaliações de Projetos de Lei enviados pela Câmara;*
- 8. Participação efetiva no grupo de revisão para atualização da LOUOS – Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo;*
- 9. Participação efetiva no grupo de revisão para atualização do PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental;*

Para as análises das solicitações, a Coordenadoria conta com o apoio das demais coordenadorias da Seplam, da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF, da Superintendência e Controle de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – SUCOM e demais órgãos municipais e estaduais (CONDER, CRA).

Para o próximo ano a idéia é dinamizar ainda mais o fluxo de processos, adequar os instrumentos de ordenamento do uso e da ocupação do solo à realidade da cidade, promovendo ajustes e complementações à legislação urbanística e edilícia vigente, emitir

pareceres técnicos coerentes prevendo medidas mitigadoras para as situações que não estejam devidamente regulamentadas.

IV. Requalificação de Espaços de Convivência

Relatório Anual 2002

No ano de 2002 foram concluídos vários projetos relevantes para a Cidade, viabilizando os espaços de convivência, recuperação de edificações, urbanização de trecho da Orla Atlântica e, em parceria com a SEMIN, foi redigido o trabalho de acompanhamento das obras de praças, de modo a garantir a implantação fiel dos projetos e a qualidade dos serviços.

Estes trabalhos envolvem a elaboração de estudos em AUTOCAD por técnicos desta Fundação, assim como a contratação de terceiros, cuja execução é viabilizada através da interação da FMLF com órgãos da PMS, para que sejam articuladas as ações envolvidas no processo.

Os projetos são agrupados da seguinte maneira:

- 1 – Projetos Concluídos e Disponíveis
- 2 – Obras em Andamento
- 3 – Obras Concluídas

1. Projetos Concluídos e Disponíveis

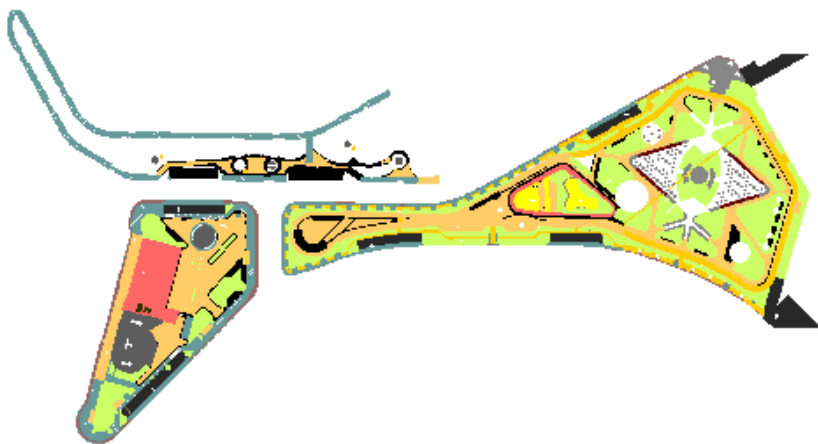
ÍTEM	PRAÇA	LOCALIZAÇÃO	Área (m ²)	Conclusão
1.0	Ana Lúcia Magalhães	Itaigara – RA VIII	22 160,00	23/08/02
1.1	Bela Vista do Lobato	Lobato – RA XVI	7 599,00	18/02/02
1.2	Campo da Pronaica	Cajazeiras RA XIV	17 544,60	13/04/02
1.3	João Mangabeira	Barris RA I	3 239,61	05/08/02
1.4	Rótula Paripe	Paripe – RA XVI	4 418,00	13/05/02
1.7	Terminal Turístico Ondina	Ondina – RA VI	4 080,50	01/02/02

1.1 Praça Ana Lúcia Magalhães

O projeto urbanístico da praça tem como objetivo a valorização do acervo arquitetônico, compatível com as suas características locais, harmonizando o sistema viário, o paisagismo, uso e conservação do potencial ecológico do local, apresentando soluções que contemplem a vocação habitacional da região.

É uma área de vocação residencial, com um comércio de produtos e serviços voltados ao atendimento da comunidade local, próxima de edifícios comerciais e shoppings centers de grande importância no município, com uma vegetação abundante em todo o espaço da praça, que propicia coexistência de atividades variadas abrangendo espaço cultural, praças de apoio com diversas atividades peculiares

à população de usuários, parque infantil, praça da leitura, praça do monumento, praça do lazer contemplativo, praça do bazar, praça dos esportes, estacionamentos, vias de circulação, terminal de ônibus, feira livre, equipamentos urbanos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos como um todo.

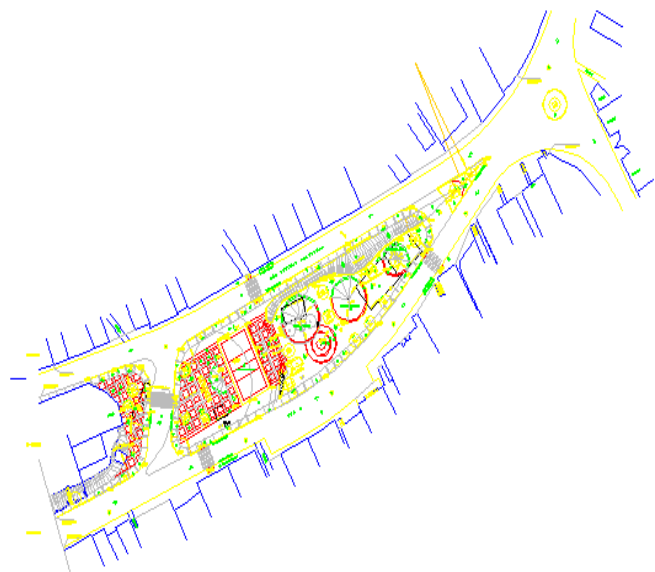


1.2 Praça Bela Vista do Lobato

O projeto desenvolvido consiste na urbanização da praça, situada entre a Rua Antônio Carvalhal e Rua B, no bairro do Lobato totalizando uma área de 7 599,23 m².

A zona é de uso estritamente residencial, constando de algumas casas comerciais no entorno da praça, notando-se uma acentuada carência de áreas de lazer na região, o que justifica a necessidade da urbanização do espaço, visando oferecer à população carente do local e adjacências alternativas de uma praça de diversão e contemplação.

A implantação da pavimentação prevê o seu aproveitamento em dois níveis, interligados por uma arquibancada, servindo de escadaria, ficando no nível superior a pista de patinação, play-ground infantil com brinquedos, bancos diversos, área com mesas para jogos e no nível inferior a quadra de voleibol com alambrado, área livre para a circulação dos usuários.

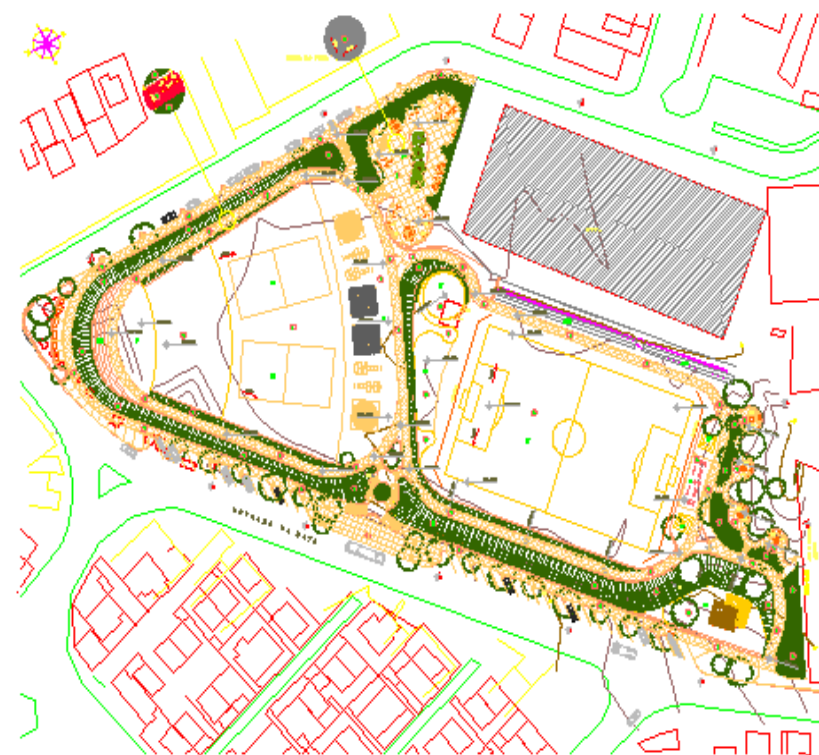


1.3 Praça Campo da Pronaica

A interferência na referida área tem como objetivo a requalificação do espaço físico, dotando-o de estrutura suficiente para a realização de diversas atividades que contemplam todo o público em geral, com a inserção de equipamentos que favorecem a realização de atividades lúdicas, recreativas e esportivas.

Situado no bairro de Cajazeiras, abrangendo um total de 17.544,60 m², o projeto proporciona ao usuário acessibilidade total em toda a área, criando espaços para esportes e eventos, parque infantil, área para barraqueiros, estacionamento para automóveis e equipamentos

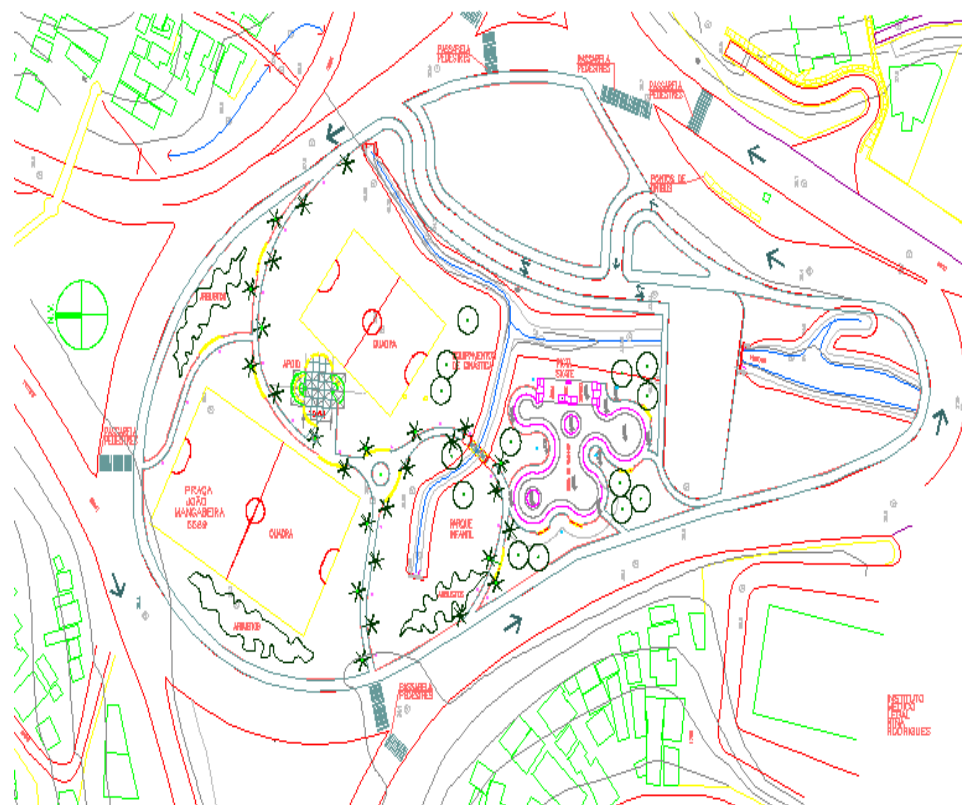
urbanos, atendendo as necessidades desta comunidade tornando assim, os espaços harmoniosos, agradáveis e ao mesmo tempo integrados.



1.4 Praça João Mangabeira

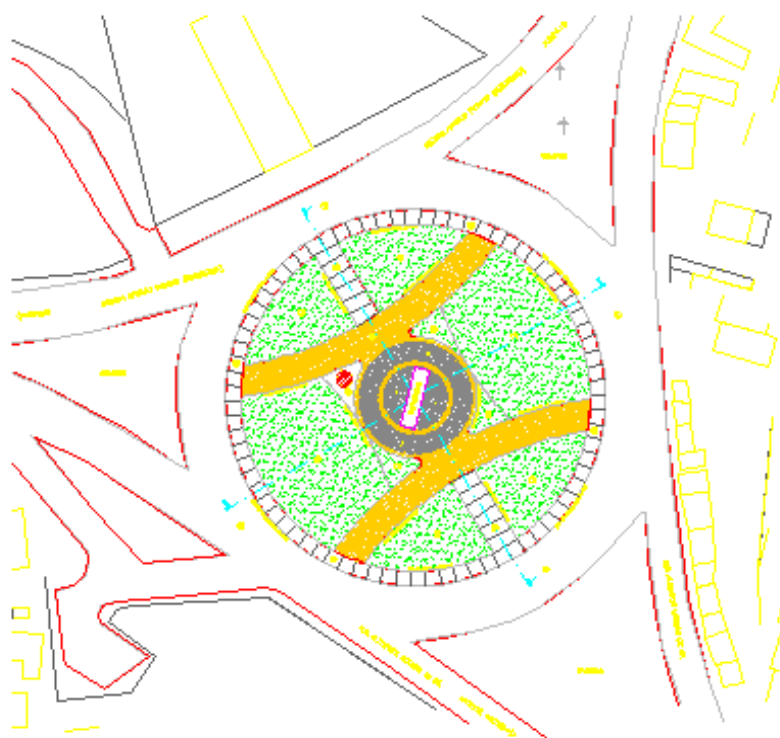
O Projeto consiste na urbanização da área, situada na avenida Vale dos Barris – Barris abrangendo um total de 3.239,61 m² possibilitando a prática esportiva, recreativas, valorizando o espaço físico.

Compõem o projeto urbanístico áreas para estacionamento, calçadas, caminhos, equipamentos, edificações, mobiliário urbano, canteiros, rampas para portadores de deficiência física, indicação de passagem de pedestres, sistema viário, com base no levantamento topográfico, otimizando o desenvolvimento das atividades a que se destina.



1.5 Rótula Paripe

O projeto de requalificação da Rótula de Paripe está inserido no estudo de viabilidade de implantação do monumento da Paz. A urbanização proposta visa dotar a área de condições propícias para a contemplação do monumento, com caminhos, praça central com baiana de acarajé e jardins.



1.6 Recanto dos Pássaros

O projeto urbanístico da área tem como objetivo a requalificação do espaço físico, dotando-o de estrutura suficiente para a realização de diversas atividades que contemplam os moradores do entorno, com a inserção de equipamentos que favorecem a realização de atividades recreativas e esportivas.

Situado no bairro do Cabula, abrangendo um total de 18 377,00 m², o projeto proporciona ao usuário acessibilidade em toda a área, criando espaços para esportes (quadra, pista de skate), estar, parque infantil, passeios, ciclovia, equipamentos de ginástica, criação de estacionamentos, vias de acesso aos prédios, mobiliário urbano, atendendo as necessidades desta comunidade tornando os espaços harmoniosos e agradáveis.



1.7 Entorno do Mercado de Itapuã

A urbanização projetada situa-se em Itapuã, entre a rua Aristides Milton e a Rua Professora Candolina Cerqueira, abrangendo uma área de 2 289,00 m².

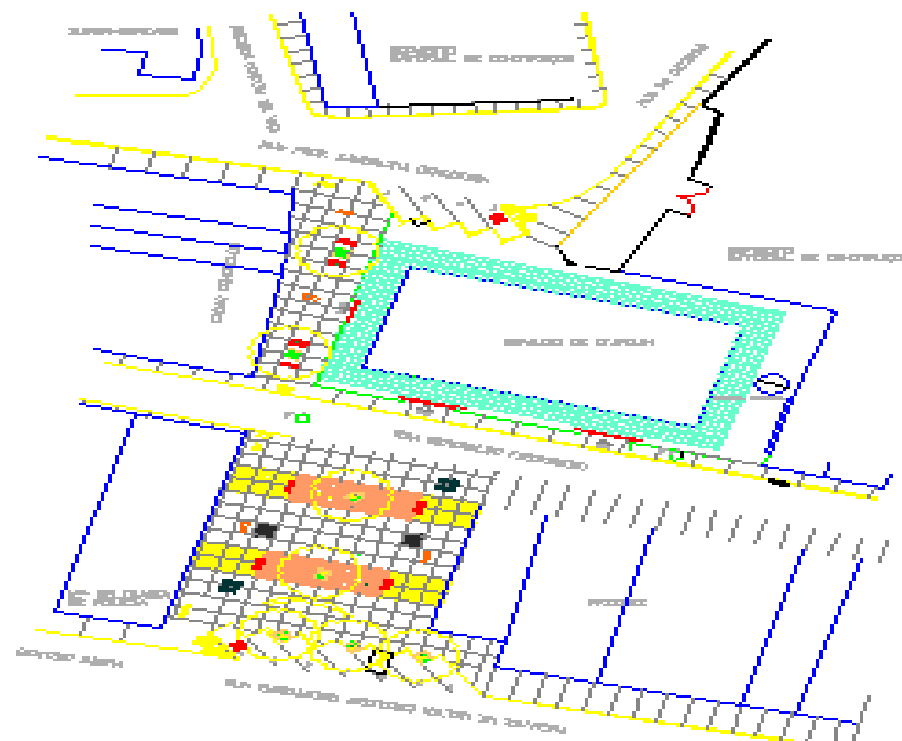
A área em questão, a ser urbanizada é de uso estritamente residencial, constando de alguma casas comerciais no entorno da praça, visando oferecer á população alternativas de uma praça de diversão e contemplação devido a carência de áreas de lazer no local.

A implantação da pavimentação prevê o seu aproveitamento dos níveis existentes, serão aproveitadas algumas árvores existentes e plantadas novas mudas protegidas com orlas com canteiros elevados em concreto aparente.

Complementando-se os trabalhos de urbanização, serão retificados e padronizados os passeios de contorno e recuperados os passeios em volta do mercado, com a restauração de rampas de acesso padronizados para portadores de deficiência física, juntamente com a marcação de faixas de segurança, disciplinando a travessia das ruas.

Serão implantados também novos postes elevados de iluminação com 02 pétalas, ficando o projeto elétrico e as especificações a

serem determinados pela SESP, além da colocação de telefones públicos, bancos pré-moldados e de jardim.



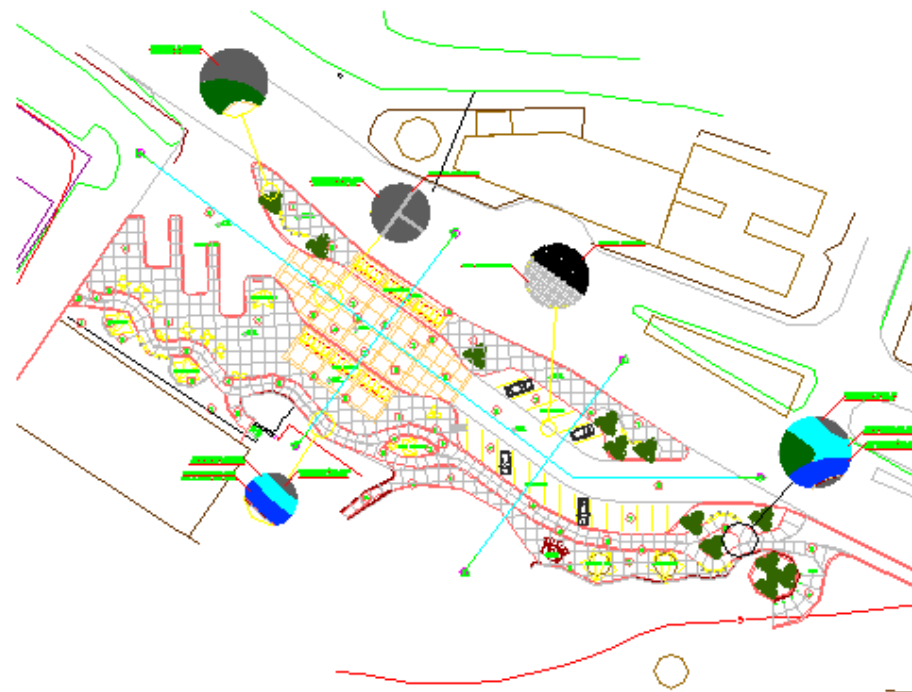
1.8 Terminal Turístico de Ondina

O projeto consiste na urbanização de uma área situada às margens da Av. Oceânica, em Ondina, totalizando 4.330,00 m²

Esse projeto visa atender a uma solicitação da EMTURSA, tendo como objetivo, abrigar terminal turístico, de onde partirão os circuitos para visita às praias, centro histórico e pontos turísticos da cidade.

Principais Intervenções:

- Implantação de ponto de ônibus regular acoplado ao terminal;
- Implantação de estacionamento para ônibus de turismo e veículos de passeio;
- Preservação da arborização existente e ampliação da área de paisagismo como o plantio de grama e novas árvores;
- Utilização de novos meio fios e rampas de acesso para portadores de deficiência física;
- Retirada de equipamentos (banca e lanchonete existentes);
- Colocação de novos equipamentos em locais definidos no projeto.



2. Obras em Andamento

Neste grupo encontra-se a relação das praças, nas quais os trabalhos concentram-se na atividade de acompanhamento de obras, visando a fiel observância da implantação dos seus projetos.

ÍTEM	PRAÇAS	LOCALIZAÇÃO/RA	ÁREA (m²)
2.0	Alameda Praia de Guaratiba	Stella Mares- RA X	8 843,37
2.1	Calçadão - Rua da Grécia	Comércio – RA I	600,00
2.2	Campo Grande	Campo Grande RA I	38 827,53
2.3	Largo da Madragoa	Ribeira RA II	3 354,50
2.4	Rótula da Feirinha	Cajazeiras – RA XIV	1 527,53
2.5	Praça Simões Filho (Papagaio)	Itapagipe – RA II	13 231,00
2.6	Praça do Sol	Periperi RA – RA XVI	8 108,40
2.7	Mercado de Itapuã	Itapuã – RA X	5 400,00
2.8	Mercado do Peixe	Água Brusca RA IV	3 763,39

3. Obras Concluídas

Os projetos relativos as Obras Concluídas no ano de 2002, são apresentadas através de fotos e uma breve descrição da sua intervenção, onde os trabalhos concentram-se na atividade de acompanhamento de obras pelos técnicos da FMLF garantindo a fiel implantação dos projetos desenvolvidos por esta fundação.

ÍTEM	PRAÇAS	LOCAL IZAÇÃO/RA	ÁREA (m²)	CONCLUSÃO
3.1	Alto das Pombas	Federação –RA VII	830,00	28/09/02
3.2	Praça Olga Mettig	Jardim Baiano – RA I	3 577,20	25/09/02
3.3	Praça São Benedito	Rio Vermelho RA VII	980,00	29/09/02
3.4	Praça José Guilherme de M. Filho	Lot. Vela Branca RA VIII	1 033,00	15/04/02
3.5	Praça São Vicente	Itaigara RA VIII	1 091,00	30/09/02

3.6	Elevador Lacerda	Praça Tomé de Souza RA I	5 970,10	12/08/02
3.7	Escadaria do Itaigara	Itaigara RA VIII	174,50	19/06/02
3.8	Av. Manoel Dias da Silva - Etapa III	Pituba – RA VIII	2,100	19/09/02
3.9	Av. Luiz Viana Filho – Canteiro Central	Paralela Limítrofe RAIX -XIII	2,000	21/09/02

Obs. O item 3.5 executado sob regime de adoção (SERTENGE)

3.1 Alto das Pombas

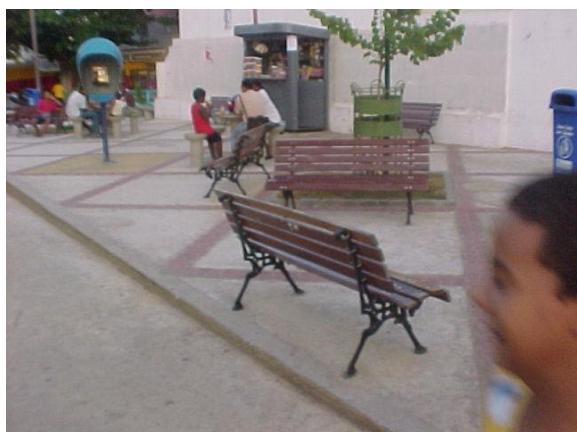
Situada entre a rua Teixeira Mendes e a Travessa Nossa Senhora de Fátima no bairro da Federação.

A intervenção consistiu na reestruturação do espaço com o fim de se otimizar a utilização do espaço físico. A praça apresenta um acentuado desnível (1,46) em relação a extensão da mesma, tendo com solução o uso de passeio na largura de 3.00 m em volta da área central obedecendo o desnível da topografia. A área interna foi elevada obedecendo a inclinação máxima de 2% tendo uma diferença de nível máxima em relação ao passeio de 0,70 m que será protegida por contenção e gradil.



Programa de Requalificação Urbana reestruturando o espaço com o fim de se otimizar o desenvolvimento das atividades, recreativas e contemplativas.

A praça é dotada de parque infantil, área para ginástica, equipamentos de madeira tratada de boa qualidade, bancos de revistas, telefones, propiciando ao bairro mais uma opção de lazer interligando os ambientes e gerando assim, um conforto aos que ali irão conviver.



3.2 Praça Olga Mettig

Situada entre as ruas Belmonte e Frederico Edelweiss no bairro do Rio Vermelho com uma área de 980,00 m², fazendo parte do



3.3 Praça José Guilherme Macedo Filho

A área em questão trata-se de um canteiro ilhado e envolvido pelo sistema viário local, abrangendo vias de tráfego acentuado, situada entre as Ruas Ceará, Piauí, Cícero Simões e Hilton Rodrigues no bairro da Pituba.



A intervenção foi feita de maneira mais simplificada, contemplando a área disponível apenas com os equipamentos básicos de utilização tais como: realinhamento e/ ou conservação dos meio fios existentes, pavimentação em concreto e blocos articulados, bancos em concreto, mesas padronizadas em concreto, preservação de áreas

verdes e plantio de novas árvores, além de iluminação adequada para o local, por ser a área de uso estritamente residencial, com prédios recém construídos e alguns ainda em construção, o que levou a crer que os mesmos já possuem infraestrutura de lazer e diversões particulares.



3.4 Praça São Vicente

A intervenção na referida área teve como objetivo a requalificação do espaço físico, preocupando-se com o público infanto-juvenil, com a inserção de equipamentos que possibilitassem a realização de atividades lúdicas, recreativas e esportivas.

A acessibilidade foi também garantida através da utilização de rampas para portadores de deficiência física, rebaixos em passeios, as vias circulatórias se dá em três vetores um y, que cruzam toda a praça distribuindo o fluxo para os demais equipamentos.

A praça é dotada de equipamentos urbanos, como bancos, telefones públicos, lixeiras, mesas para jogos, brinquedos infantis, rampas para deficientes, para que tornem o espaço públicos dignos, que contribuam para a melhoria de vida dos cidadãos como um todo.





3.5 Elevador Lacerda

O Elevador Lacerda, um dos mais significativos símbolos da Cidade, exemplo de pionismo tecnológico passou por uma intervenção otimizando seu funcionamento, oferecendo segurança e conforto, com acessos ampliados, catracas eletrônicas e elevadores automatizados e climatizados.

Nos acessos, foram eliminados lojas que interferiam negativamente no fluxo e/ou na estética da fachada. Foi recriado o hall do acesso da Cidade Baixa e no acesso da Praça Municipal criou-se uma galeria e após a mesma foi reservado um espaço para apoio ao turismo. Os

fluxos foram redirecionados e o funcionamento foi dinamizado com a instalação de catracas eletrônicas.

O conjunto arquitetônico recebeu um projeto de iluminação cênica, melhorando sua qualidade estética.



3.6 Escadaria do Itaigara

Construída para atender a uma solicitação da comunidade dos moradores do Itaigara, interliga as ruas Reitor Macedo Costa e João C. P. Bastos, sendo implantada no próprio local onde existia um caminho natural de acesso para pedestres, intensamente utilizado, evitando-se um movimento de terra acentuado.

Foi desenvolvida em grupos de 12 degraus com patamares intermediários em forma de rampas de pequena declividade, visando um descanso natural para os circulantes.

Consta de muretas laterais com guarda – corpo de proteção, drenagem a céu aberto, piso em concreto despolado com pintura Novacor e iluminação com três postes de altura 5,00 m, permitindo o seu uso também durante a noite.

Foram implantados 60 degraus, além das rampas intermediárias, para vencer uma diferença de nível total de 11,25 m.



3.7 Avenida Manoel Dias da Silva

O projeto de reurbanização da Avenida Manoel Dias da Silva, foi realizado em 1999, fazendo parte do programa de intervenção de Passeios Públicos e Espaços Abertos.

O ponto de partida para a modificação da avenida, foi o aumento da caixa da via, com a retirada do canteiro central, obtendo-se assim quatro faixas de tráfego no sentido Itapuã/ Amaralina.

A personalização da avenida no entanto foi obtida com o tratamento dispensado aos passeios. Estes ganharam paginação com desenhos geométricos modulados, em quadrados maiores e menores, dispostos na diagonal, no eixo do passeio. O efeito foi conseguido através do uso de concreto lavado e concreto lonado, contornado por faixas de granito vermelho flameado. Em alguns trechos, os quadrados transformam-se em orlas de árvores. Também são em granito os meios-fios, com altura de 20cm para impedir o acesso de veículos em locais indevidos. As baias de ônibus tiveram seu piso em concreto, o mobiliário urbano foi substituído por modelos mais atualizados como é o caso dos semáforos dotados de cronômetros, novos bancos, abrigos e mups.

A praça Nossa Senhora da Luz, localizada no terceiro trecho de estudo, foi totalmente reurbanizada através de um projeto arrojado,

transformando o espaço antes abandonado em área de intenso uso pela população. Outras áreas como praças menores também tiveram tratamento urbanístico adequado.

Os serviços de infra-estrutura foram totalmente substituídos, inclusive com instalação de iluminação pública parcialmente subterrânea.

A execução da obra da avenida, foi realizada em três etapas:

- A 1ª finalizou em 09/2000;
- A 2ª finalizou em 04/2001;
- A 3ª finalizou em 09/2002

Com a implantação da terceira etapa, a Avenida Manoel Dias da Silva, tornou-se um ponto de referência na cidade como resultado de um trabalho bem coordenado, envolvendo vários órgãos da PMS.



3.8 Avenida Luiz Viana Filho – Paralela

A Via Paralela, ligando o Aeroporto à cidade de Salvador - BA, atravessa uma região de sucessivas colinas, cujo relevo implica em trechos alternados de corte e aterro, já que as cotas de nível da avenida correspondem, em geral, às meias encostas.

São expressivos alguns remanescentes florestais (Mata Atlântica de baixada) que, embora alterados, apresentam um bom status de integridade, aspecto e conservação. O tratamento paisagístico deverá privilegiar a visualização destes fragmentos como importantes pontos focais da paisagem.

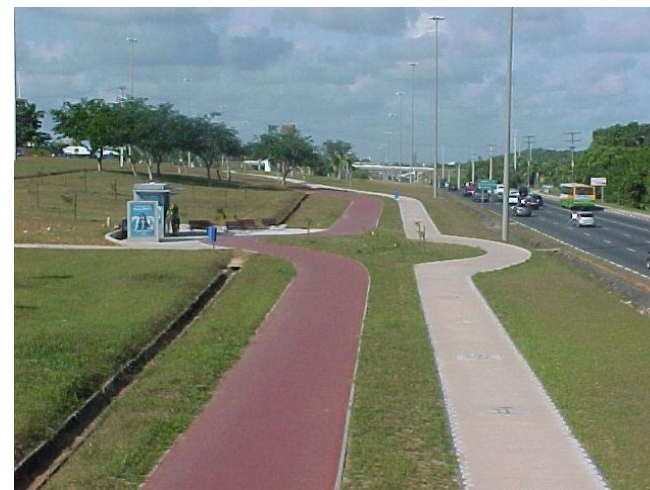
A intervenção paisagística realizada restringiu-se ao canteiro central, cujo tratamento atual apresenta-se irregular, com grandes superfícies apenas cobertas com grama ou mesmo sem qualquer vegetação. Em outras partes, existe uma arborização bastante expressiva, porém plantada sem um critério de distribuição perceptível. Há ainda partes em que a vegetação plantada não se desenvolveu, por falta de condições edáficas adequadas ou por doenças e pragas que infestam uma expressiva parte das árvores.

O tratamento atual do canteiro central é o de uma enorme entrepista. A largura chega a oitenta metros, dimensão maior do que as da maioria das praças da malha urbana de Salvador. A área reúne

qualidades que sugerem um tratamento de parque, já que o espaço tem dimensões para tanto. Ressalte-se ainda que a cidade está se expandindo ao longo da Avenida, já sendo expressiva a ocupação de suas margens com grandes conjuntos residenciais, comércio e indústria.

Evidentemente, existe conflito entre o que se pretende seja uma via expressa e a natureza da ocupação de suas vizinhanças, em alguns trechos predominantemente residencial. Há um problema de acesso à área, que não pode ser desconsiderado. Como forma de minimizar este problema, o projeto preconiza o aproveitamento das passarelas existentes e propostas, dos viadutos atuais e a construir e das futuras estações de parada do transporte de massas. Todos estes elementos prestam-se também como via de acesso de pedestres ao canteiro central. Pela situação atual, não se pretende estimular um fluxo grande de pessoas, mas também seria desperdício deixar aquela área ociosa, numa cidade com a densidade e carência de áreas de recreação que tem Salvador. Pesa ainda o fato de que, atualmente, já existe um enorme fluxo de pessoas que passa por aí. Os que trabalham tem, pelo menos uma vez por dia, que atravessar a pista para pegar o ônibus (na ida ou na volta do trabalho). Além destes, a área já é também intensamente utilizada para recreação e esportes, notadamente para caminhadas e corridas a pé.

Pelas razões expostas, incluiu-se, no projeto, uma ciclovia e uma pista de cooper, equipamentos de baixo custo, a serem pavimentados com solo-cimento. A necessidade de execução de obras de arte é bem baixa, não representando custo preocupante. Entretanto, considerando-se a irregularidade em verbas disponíveis para este tipo de trabalho, foram previstas interrupções nos traçados, sob a forma de pequenas praças provisórias de retorno, de modo que a funcionalidade do equipamento não ficasse comprometida. Em pontos convenientes, como apoio, foram previstas pequenas áreas para descanso. Complementam o conjunto algumas pérgulas com estrutura metálica que, sendo suportes para trepadeiras, ao tempo em que amenizam os percursos das pistas, criando área de sombra, formarão volumes de flores que serão facilmente observados pelos que se deslocam pela Avenida.



V. Circulação e Transporte

Relatório Anual 2002

1. Plano Funcional de Armação

O principal objetivo deste trabalho é orientar as intervenções físicas, tanto pela PMS como pela iniciativa privada, no trecho da Avenida Otávio Mangabeira compreendido entre o Costa Azul e o Parque Atlântico, visando o bom desempenho do viário na Região. A área de estudo compreende o trecho que vai do Costa Azul até o Parque Atlântico. (Conforme croquí anexo).

São objetivos específicos:

- definir o traçado da via bem como das principais interseções viárias do corredor;
- definir a circulação do tráfego na área;
- esquematizar os acessos aos empreendimentos lindeiros ao corredor.

Tendo como faseamento:

- análise da legislação urbanística reguladora da implantação do sistema viário;
- avaliação dos estudos e projetos viários existentes para a região;
- locação dos projetos existentes com interface com o corredor;

- avaliação do atual desempenho da via;
- identificação das interfaces com o transporte público;
- compatibilização entre a circulação na via e o uso do solo lindeiro;
- equacionamento da circulação de pedestres;
- definição das ligações do corredor com o viário estrutural da cidade;
- indicação dos limites de saturação da via, através de simulações e projeções do tráfego;
- determinação do futuro alinhamento da via.

E produto:

- Plano constando o esquema proposto, sua articulação com o sistema viário existente e projetado, seções transversais típicas e detalhes dos pontos característicos do sistema viário proposto.

Este trabalho foi concluído em 2002 e atualmente encontra-se em fase de contratação do projeto executivo.

2. Plano de Mobilidade na Área Central de Salvador

Este trabalho tem como objetivo a redefinição da mobilidade na Área Central da Cidade no sentido de adequá-la às novas demandas geradas a partir dos projetos de requalificação urbana da Praça Cairú e o do Largo Dois de Julho. O Plano de Mobilidade compreende os trechos da Área Central - região da Conceição, Mercado Modelo, Comercio até o Moinho Salvador e pelo Corredor Campo Grande / Praça da Sé. Prevê também a elaboração de um Plano Operacional do Subsistema de Transporte Alternativo para a referida área.

São as seguintes fases deste trabalho:

- Reavaliar o esquema de circulação na região englobando as variáveis pedestres, veículos, transporte público, carga e descarga estacionamento e transporte de valores, em função da inserção das novas propostas viárias.
- Estudar o esquema de circulação do Transporte Coletivo inclusive assessores, para adoção de sistema de transporte alternativo da região e as novas rotas de pedestres decorrentes da implantação do Metrô na estação nova ligação metroviária na estação da Lapa.

Produtos gerados ao longo do ano de 2002:

- Planos de Mobilidade para as duas sub-regiões contendo:
 - diagramas unifilares de trânsito veicular e de pedestres;
 - seções transversais típicas de cada trecho.
- Projetos Funcionais para cada uma das duas sub-regiões contendo:
 - disposição das linhas de meios-fios;
 - número de faixas por sentido de tráfego;
 - indicação das rotas de pedestres com locais de travessias;
 - interseções a serem semaforizadas;
 - seções transversais típicas de cada trecho;
 - outras peças gráficas que se façam necessárias.
- Plano Operacional do Sistema de Transporte Especifico para a Região.

Este trabalho de desenvolvido pela SEPLAM e envolveu a participação da SMTU / SET / SPT.

No próximo ano estará sendo elaborado o relatório síntese dos três produtos anteriores.



VI. Meio Ambiente

Relatório Anual 2002

1. Projeto de Educação Ambiental nas Escolas Municipais da Península de Itapagipe

O objetivo geral deste projeto é despertar nas crianças e adolescentes em idade escolar a consciência crítica sobre os principais problemas ambientais da área, bem como estimulá-las a desenvolver ações voltadas à preservação do ambiente, tendo como ponto de partida a problemática da pesca predatória com explosivos na Baía de Todos os Santos. São as seguintes as suas metas:

- desenvolver uma formação continuada em Educação Ambiental para os docentes das escolas participantes.
- Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelos professores na escola e comunidade, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos.

A população beneficiada por este projeto em 2002 foi de aproximadamente 20 professores e 800 alunos. As principais atividades desenvolvidas foram:

- Reunião com diretores e coordenadores das escolas
- Capacitação em serviço (a cada 8 ou 15 dias), de Educação Ambiental, com os professores das escolas, no período de março a dezembro;
- Realização de um diagnóstico ambiental das Escolas Tenente Almir e Maria Constancia;

- Realização de atividades de EA com os alunos das escolas
- Elaboração de projetos interdisciplinares na Escola Tenente Almir;
- Reuniões de final de ano letivo para avaliação do projeto.

2. Projeto "Escola, Música e Meio Ambiente"

O Projeto tem como objetivo levar a discussão sobre a questão ambiental às escolas de 4ª à 8ª séries, utilizando como forma de mobilização uma vocação natural de nosso povo - a música. São as seguintes as suas metas:

- Realização do III FESTIVAL ESTUDANTIL DE MÚSICA SOBRE MEIO AMBIENTE
- Desenvolvimento de atividades de educação ambiental em todas as escolas de 5ª à 8ª série e em algumas escolas de 4ª série.
- Gravação do II CD do Festival de Música
- Gravação ao vivo do III CD do Festival de Música

A população beneficiadas são os alunos de 4ª à 8ª série da rede municipal de ensino – aproximadamente 34.500. foram as seguintes as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2002.

- Lançamento do III Festival - no dia 05/06/02, às 15:00h , no Parque da Cidade , num evento educativo com a participação de muitas escolas da rede pública municipal;

- Trabalho de Sensibilização/Acompanhamento - realizado no período de 06/06/02 a 20/09/02, pelo grupo técnico da SEPLAM. Durante essa etapa, todas as escolas de 5ª a 8ª série foram visitadas nos diversos turnos, além de várias escolas de 4ª série, onde se fez um trabalho de divulgação do festival e de sensibilização para as questões ambientais, em cada sala de aula das referidas escolas.
- Trabalho de seleção das músicas - realizado pelas equipes da SEPLAM e da SMEC no período de 25/09/02 a 27/09/02. Foram enviadas 62 músicas e depois de uma análise criteriosa da letra (mensagem ambiental/ conteúdo/ criatividade) e da melodia (harmonia/ riqueza), foram selecionadas 15 músicas para a grande final, sendo 5 da categoria mirim (alunos na faixa etária de 9 a 13 anos) e 10 da categoria infanto-juvenil (alunos de 14 anos em diante)
- Festival - realizado em 11/10/02, às 14:00h, no Teatro Solar Boa Vista, com a presença dos autores e intérpretes das quinze músicas finalistas. Contamos com a presença da Secretária de Educação do Município, Professora Dirlene Mendonça. As três primeiras músicas classificadas em cada categoria, foram:

- **Categoria Mirim:**

1º Elias Azevedo Simões – Música: “A Natureza é Bela”

Escola Batista de São Caetano

2º Raleda Gomes Sales – Música: “Música Ambiental”

Escola Dona Arlete Magalhães

3º Ana Paula dos Santos Santana e Gileade Carmo de Jesus

Música: “As Cores do Mundo”

Escola Maria Constança

- **Categoria Infanto-Juvenil:**

1º Gleigisson Gomes Santos - Música: “O Meio Ambiente”

Escola Professor Alexandre Leal Costa

2º José Caetano dos Santos Filho– Música: “Nossa Natureza”

Escola Joir Brasileiro

3º Moisés Altamiro de Jesus Jr.– Música: “Não Fico Mais Aqui”

Escola Teodoro Sampaio

A premiação de cada Categoria foi:

A premiação de cada Categoria foi:

1º lugar – um computador

2º lugar – um teclado

3º lugar – um violão



3. Fórum de Parceiros da SMEC

Este trabalho tem como objetivo proporcionar o intercâmbio entre as instituições parceiras e socializar os produtos alcançados nas unidades escolares da rede municipal, decorrentes das ações parceiras. Possibilitando desta forma, um espaço para discussões e articulação interinstitucional permanente no apoio à execução das políticas e diretrizes educacionais da SMEC. Foram as seguintes as ações desenvolvidas:

- Participação em reuniões da categoria Educação Ambiental para acompanhamento e avaliação dos projetos parceiros da categoria nas escolas;
- Participação em reuniões para o planejamento de estratégias e atividades para a realização da 2ª Assembléia/2002 do Fórum, através da modalidade de assembléia por categoria;
- Participação da assembléia da Categoria de Educação Ambiental, realizada no dia 29 de Outubro no Auditório do SENAC – Aquidabã, quando foram apresentados os produtos dos projetos de Educação Ambiental da SEPLAM. Este trabalho é desenvolvido em parceria com a SMEC.

4. Dia Mundial do Meio Ambiente

O objetivo desta iniciativa é sensibilizar as crianças da rede pública municipal a desenvolver ações voltadas à preservação do meio ambiente. Trata-se portanto de realizar um evento educativo que possa sensibilizar os alunos da rede municipal de ensino sobre os principais problemas ambientais da cidade e do planeta, estimulando-as a desenvolver ações de preservação do ambiente. O projeto dirige-se a 1.500 crianças e adolescentes da rede pública municipal.

O evento comemorativo da Semana do Meio Ambiente, ocorreu no Parque da Cidade, no período de 5 a 7 de junho de 2002, com a participação de aproximadamente 1500 crianças e adolescentes da rede municipal. O evento contou com a colaboração de diversos órgãos como a SMEC, a SPJ, a CODESAL, a LIMPURB, a OAF e a COELBA. Houve a apresentação de várias peças de teatro, , oficinas educativas e apresentação dos alunos vencedores do II Festival de Música sobre Meio Ambiente . Foi feito nesse dia o lançamento III Festival. Este trabalho foi desenvolvido em parceria com a SMEC/SPJ.

VII. Informações para Gestão Urbana

Relatório Anual 2002

1. Intranet da Rede SEPLAM/FMLF

Devido à natureza das atividades da SEPLAM e FMLF, grande parte das bases de dados existentes tem representação espacial e estão georreferenciadas.

Esses dados, vistos isoladamente, possuem pouco significado, porém, em conjunto, produzem informações extremamente relevantes para a compreensão da complexidade urbana de Salvador.

Além dos dados geográficos, a Rede SEPLAM/FMLF possui aproximadamente 200 usuários e vários sistemas informatizados, como o de gerenciamento de recursos humanos, acervo da biblioteca entre outros.

Essa diversidade de funções gerou a necessidade de criação de uma Intranet, com o objetivo de proporcionar maior facilidade de comunicação e acesso às bases de dados da Rede SEPLA/FMLF aos seus usuários.



Intranet da Rede SEPLAM/FMLF

2. Geoprocessamento

1. Implementação da Ficha de Análise de Empreendimentos Digital – Preenchimento e emissão automática da Ficha de Análise da SUCOM utilizando os dados já existentes no aplicativo e outros a serem incorporados ao sistema através da ampliação da base dos dados, de acordo com as especificações fornecidas pela FMLF. O aplicativo também importará dados de Compatibilidade

Locacional provenientes do programa de cálculo de áreas a ser desenvolvido pela SEPLAM em Autocad. A Ficha de Análise a ser emitida apresentará os dados e os valores calculados baseado nas informações alimentadas pelo técnico responsável que fornecerá um parecer pessoal e assinará o laudo. As fichas processadas no sistema serão arquivadas eletronicamente e será possível realizar pesquisas pelos critérios Número do Processo, Requerente, Técnico Analista, Logradouro, Solicitação e Atividade, com a possibilidade da emissão de listagens com os resultados das buscas. Para as solicitações indeferidas, será possível a criação automática de uma outra ficha com os dados já preenchidos, para que o técnico possa alterar alguns valores e emitir um novo parecer.

2. Prensagem e disponibilização da versão 1.1 do CD Rom da LOUOS;
3. Deliberações do COMGEO: Preparação de Bases e Procedimentos para o MUB – Salvador.
4. Implementação de Novas Funções para a versão 2.0 do CD Rom da LOUOS.
5. Atualização e manutenção da Base Cartográfica Digital:
 - Estruturação dos arquivos;
 - Lançamento de projetos;
 - Atualização da documentação.

6. Apresentação em Congressos, Seminários, Cursos e Intercambio Técnico:

- Participação na Urbis 2002 em Stand representando a Prefeitura Municipal do Salvador;
- Curso de Iniciação ao Spring; (1 servidor)
- Curso de Banco de Dados Geográficos (1 servidor)
- Cooperação Técnica para elaboração do Projeto Imobiliário na SEFAZ com viagem a São Paulo para conhecimento de projetos bem sucedidos na área:

Visita técnica à sede da FUNCATE (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais) em São José dos Campos – SP e a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

3. Documentação Urbana

A Biblioteca desta Fundação foi criada em 1975 com a função de reunir e tratar a documentação técnica produzida, dar suporte informacional ao corpo técnico e objetivamente preservar a memória do planejamento urbano da Cidade.

Atualmente, de acordo com a estrutura regimental, é responsável pelo Projeto de Documentação Urbana que consiste na preservação da memória documental na área de planejamento da Cidade do

Salvador, visando a criação de um Sistema de Referência da Documentação Técnica através de sistema informatizado, favorecendo o processamento técnico, controle e recuperação das informações de forma dinâmica e eficaz.

Ao longo desses anos, esta Biblioteca vem funcionando como um importante Centro de Documentação sobre o Município de Salvador, com relevante serviço de apoio às atividades de planejamento, tanto no âmbito municipal como de outras instâncias governamentais e não governamentais, atendendo também a demanda de pesquisadores e demais usuários interessados em informações sobre a Cidade, constituindo-se provavelmente no único organismo no gênero, tanto no que diz respeito a sua função quanto à relativa longevidade na estrutura organizacional do município.

Dessa forma, durante esses anos, vem funcionando como memória viva do planejamento municipal ao reunir no seu acervo, a produção documental em planejamento, bem como trabalhos de outras fontes que tem Salvador como objeto de análise, através de várias ações.

No decorrer do ano de 2002, foram realizadas as seguintes ações:

- Cadastramento de 342 documentos, totalizando 9800 documentos disponibilizados na rede da Fundação e da SEPLAM;

- Seleção e Classificação de 1.460 recortes de jornais sobre a Cidade do Salvador, relacionados com as atividades de planejamento, mantendo atualizada a Seção de Hemeroteca;
 - Manutenção do Banco de Dados de usuários, constando até então de 520 cadastro de pesquisadores internos e externos;
 - Manutenção da seleção e indexação dos artigos de periódicos relacionados à especialidade da Biblioteca;
 - Seleção e processamento técnico dos Atos Legais Municipais, alimentando sistematicamente a base bibliográfica;
 - Seleção, revisão, organização e processamento técnico dos acervos cartográfico e fotográfico;
 - Publicação gráfica mensal e anual de Relatório demonstrando o movimento de pesquisadores/leitores no serviço de Empréstimo;
 - Atendimento a 4.800 pesquisadores, totalizando 22.300 consultas e 2.570 empréstimos de documentos, envolvendo 2.650 usuários internos e 2.150 pesquisadores externos.
- Vale destacar o crescente aumento de pesquisadores, principalmente estudantes do ensino fundamental, médio e universitários bem como professores, mestrandos e doutorandos das diversas instituições de ensino públicas e privadas.

4. Sistema de Informações Municipais – SIM

O projeto Sistema de Informações Municipais possibilita o fluxo de dados no âmbito da PMS e subsidia a atividade de planejamento e gestão da cidade.

Para a manutenção do SIM é necessário o contato da FMLF com órgãos e entidades nacionais públicas e privadas, produtores de informações sócio-econômicas, a exemplo do IBGE, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração- SICM e Secretaria Estadual de Educação – SEC. Neste projeto são desenvolvidas as atividades de:

- Coleta, seleção, normatização, armazenamento e atualização de dados e indicadores existente no banco de dados da SISE. Estas informações estão sendo agregadas por Regiões Administrativas com base nos micro dados dos setores censitários disponibilizado pelo Censo de 2000, por cadastros da SEC, SMS, Bahiatursa, EBCT, e por dados agregados por Núcleos de Limpeza - NL da LIMPURB.
- Este trabalho tem recorrido ao Geoprocessamento para elaboração e atualização dos mapas temáticos.

5. Salvador em Dados

A publicação Salvador em Dados 2003, está em fase de atualização de informações, aguardando a conclusão dos dados agregados por Regiões Administrativas do Censo de 2000 para montagem da versão preliminar.

Esta publicação tem como objetivo a divulgação de informações sócio-econômicas atualizadas existentes no SIM sobre o Município de Salvador, tendo como foco órgãos, instituições e entidades públicas e privadas, pesquisadores e estudantes.

6. Projeto de Denominação de Logradouros

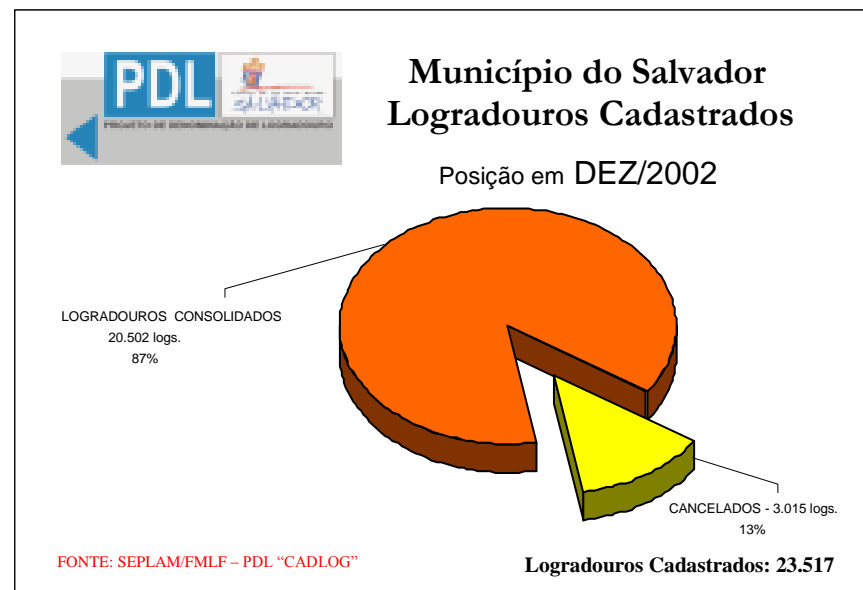
O número de logradouros cadastrados até o momento é de 23.517 (sendo que 3.015 são logradouros cancelados por vários motivos) e a nossa estimativa é que se chegue a um total de 25.000 logradouros. Hoje temos um total de 20.502 logradouros consolidados. Deste total foram emplacados 15.351 logradouros que corresponde a 75% dos consolidados (onde nos anos de 2000 e 2001 concluímos 45% e ao longo de 2002 o trabalho de emplacamento chegou a 30%). O aumento de produtividade ao longo desse ano se deve à conclusão dos trabalhos de capacitação da equipe técnica (que passou a ser multiplicadora), a sua ampliação, e

ao fato de que o aprimoramento dos trabalhos conferiu um maior dinamismo ao mesmo. Além disso, ao longo do ano de 2002, conseguimos entrar em contato com 17 comunidades denominando 196 logradouros alfanuméricos no universo 2276 logradouros relativos a conjuntos e loteamentos reduzindo as dificuldades técnicas iniciais relativas à fabricação das placas.

Atualmente, a quantidade de logradouros cadastrados, consolidados (ativos) , por Região Administrativa, é a seguinte:

RA	Logradouros Cadastrados	Logradouros Consolidados
01	1085	800
02	1619	1200
03	1729	1557
04	1881	1600
05	1423	1226
06	301	234
07	1555	1251
08	310	220
09	765	607

RA	Logradouros Cadastrados	Logradouros Consolidados
10	2512	2306
11	958	902
12	2136	2079
13	1888	1770
14	1875	1775
15	985	942
16	2453	2011
17	42	42
TOTAL	23517	20502



7. Numeração Métrica Linear

Com relação a implantação da Numeração Métrica Linear em Salvador, continuação do processo iniciado em 1975, a subgerência de informações físicas –SIFI - vem realizando testes e ajustes de metodologia em áreas representativas dos diversos tipos de ocupação existentes no Município enquanto procura criar as condições que viabilizem a implantação sistemática nas suas unidades imobiliárias.

Por imposição municipal toda liberação de Alvará de Habite-se depende da atribuição da numeração métrica para o imóvel em questão. Cabe a esta Sifi a atribuição deste numero, além da emissão de certificados de endereçamento para diversos fins.

Através do emprego das tecnologias de georreferenciamento sobre a base cartográfica digital de Salvador (SICAR-RMS/1992), os processos atendidos, os trabalhos anteriormente realizados, e os projetos-pilotos testados por esta SIFI proporcionam a formação de um arquivo digital contendo dados cadastrais de endereçamento e propriedade de cerca de 15.000 mil imóveis.

Maquete da cidade de Salvador

A Maquete da cidade de Salvador foi projetada em 1974, na escala 1/2000, com a dimensão de 84m, visando os planejamentos, o turismo ao simplesmente facilitar ao cidadão comum a percepção de sua cidade numa forma global.

Os trabalhos na Maquete da cidade de objetivam conservar e atualizar este patrimônio, ao tempo em que atende solicitação de diversos setores interessados no planejamento urbano, como profissionais deste e de outros estados e países. Mas a maior parcela de público é constituída por estudantes, desde o 1º grau até o curso universitário que utiliza com freqüência a Maquete para

pesquisas ou para a precisa implantação de seus projetos numa determinada área de estudo.

O numero de visitante da Maquete este ano foi de aproximadamente 170 pessoas além da exposição na II Expo Construção Bahia 2002, em agosto, no Centro de Convenções.

O contínuo processo de atualização, aliado a restauração e manutenção da Maquete, acompanha o crescimento real da cidade, priorizando as obras durante o calendário administrativo.

8. Neoinventario dos Parcelamentos Aprovados

A Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, através da Fundação Mário Leal Ferreira, ciente da importância do fornecimento de informações cada vez mais completas e confiáveis sobre os variados aspectos da realidade municipal, vem investindo na atualização e manutenção de bases de dados e informações sobre o Município do Salvador, com especial ênfase na cartografia e nos documentos legais de regulação do uso e ocupação do solo.

O avanço tecnológico e a difusão das tecnologias de informação associadas à informática durante a década de 1990, especialmente

das geotecnologias, vieram agregar novas possibilidades à produção e sistematização de informações sobre o espaço geográfico, viabilizando a construção e manutenção de bancos de dados complexos, associando dados alfanuméricos a dados espaciais, bem como tornar disponível as informações aos diversos usuários em formatos e mídias variados.

Após os investimentos iniciais em equipamentos e na capacitação de pessoal realizados pela administração local durante toda a década passada e a partir da implantação da cartografia digital em 1995, impõe-se o desafio da conversão de dados analógicos para o meio digital, resgatando o acervo de informações existentes nas unidades setoriais, na medida que se tornam cada vez mais difundidos os recursos tecnológicos e humanos capazes de operar e manter sistemas de dados, dentro e fora dos órgãos municipais.

No ano de 2000, o lançamento simultâneo da Legislação de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) e do Catálogo Digital de Logradouros em CD-ROM representou o primeiro resultado desse esforço de sistematização e conversão de dados. Dando prosseguimento a essa iniciativa, procura-se, agora, estender o trabalho aos parcelamentos do solo no Município. Essa informação, de suma importância para o planejamento e gestão do território municipal, encontra-se atualmente disponível na forma de mapas impressos em papel, em formatos e escalas variados, dificultando a

manipulação e o uso freqüente, bem como o acesso à informação pelo público em geral. A fragilidade do material, sensível às oscilações de temperatura, de umidade e luminosidade, também impõe dificuldades adicionais para conservação e manutenção da qualidade da informação, especialmente no caso das plantas mais antigas, que geralmente se constituem no único exemplar disponível. Agrega-se a isso, o fato de não haver um referencial cartográfico padrão, o que limita sobremaneira o valor cartográfico da informação.

Sob vários aspectos, as dificuldades inerentes ao processo são semelhantes às da iniciativa pioneira do PLANDURB, que na década de setenta recolheu e sistematizou informações acerca de 300 parcelamentos do solo no Município do Salvador, como parte do estudo de Disponibilidade de Terras, elaborado para o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. O Inventário de Loteamentos publicado em 1977, constitui-se, ainda hoje, num importante documento de consulta para a administração municipal e o público em geral, e uma das principais referências para a análise de empreendimentos, estudos sobre a situação fundiária e a atividade de planejamento no espaço municipal.

Na época da sua conclusão, o Inventário de Loteamentos cumpriu a dupla função de fornecer informações sobre a oferta de terras em Salvador e atualizar a cartografia disponível, que se encontrava desatualizada e incompleta, abrangendo apenas parte do Município.

Felizmente, desde 1976, a administração municipal passou a contar com um sistema de informações cartográficas de boa qualidade (SICAR – Sistema Cartográfico da Região Metropolitana do Salvador), que veio suprir a grande lacuna de informações sobre o espaço geográfico do Município, oferecendo, ao mesmo tempo, uma base de referência para o lançamento de informações cadastrais, bem como aquelas provenientes de planos e projetos de intervenção no espaço municipal. Esse sistema, entretanto, requer um permanente trabalho de manutenção das informações, visando acompanhar a dinâmica da cidade.

Decorridos 25 anos, desde a publicação do Inventário de Loteamentos, constata-se que não houve ao longo desse período uma determinação no sentido de manter atualizada a informação, com a incorporação dos novos registros de parcelamentos aprovados posteriormente à conclusão do levantamento realizado na década de setenta e mesmo o monitoramento dos registros já sistematizados, o que resultou em nova defasagem do acervo.

O trabalho atualmente desenvolvido pela FMLF teve como objetivo inicial a complementação do acervo de informações existente, incorporando os parcelamentos aprovados a partir de 1977 até o presente ano de 2002. Desse universo, foram priorizados inicialmente os loteamentos aprovados após 1992, visando promover, além do resgate documental, a atualização da base

cartográfica utilizada pela Prefeitura de Salvador, que é proveniente de restituição aerofotogramétrica de vôo realizado em 1992.

Finda a etapa de levantamento e digitalização, contabilizou-se um total de 67 loteamentos aprovados pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – SUCOM, no período de 1977 a 2002. Após sistematização esse material está agora sendo disponibilizado nesta publicação e deverá também compor as informações de referência que integrarão a próxima versão do CD-ROM da LOUOS.

Acredita-se que esta publicação se tornará ferramenta indispensável, não só para os técnicos municipais integrantes do Sistema de Planejamento, como também para outros usuários públicos e privados.

9. Maquete

A Maquete da cidade de Salvador foi projetada em 1974, na escala 1/2000, com a dimensão de 84m, visando os planejamentos, o turismo ao simplesmente facilitar ao cidadão comum a percepção de sua cidade numa forma global.

Os trabalhos na Maquete da cidade de objetivam conservar e atualizar este patrimônio, ao tempo em que atende solicitação de

diversos setores interessados no planejamento urbano, como profissionais deste e de outros estados e países. Mas a maior parcela de público é constituída por estudantes, desde o 1º grau até o curso universitário que utiliza com freqüência a Maquete para pesquisas ou para a precisa implantação de seus projetos numa determinada área de estudo.

O numero de visitante da Maquete este ano foi de aproximadamente 170 pessoas além da exposição na II Expo Construção Bahia 2002, em agosto, no Centro de Convenções.

O contínuo processo de atualização, aliado a restauração e manutenção da Maquete, acompanha o crescimento real da cidade, priorizando as obras durante o calendário administrativo.

VIII. Articulação Institucional

Relatório Anual 2002

1. Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONDURB

O CONDURB é um órgão de integração Prefeitura-Comunidade, constituindo-se em espaço formal de discussão de políticas, diretrizes, planos e projetos municipais, devendo assessorar o Prefeito nas decisões e encaminhamento de soluções para os problemas da Cidade e de sua população.

Durante o ano de 2002, foram regularizadas as representações de doze instituições e entidades, com a indicação e nomeação, pelo Senhor Prefeito, de representantes titulares e suplentes, tendo-se realizado uma reunião ordinária, na qual foi apresentado e debatido com os Conselheiros o Programa de Trabalho da ADESA – Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico de Salvador.

2. Representações Institucionais

Devem ser registradas as seguintes participações da SEPLAM / FMLF:

- Comissão de Modernização dos Portos da Federação das Indústrias do Estado da Bahia;
- Comissão de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado da Bahia;

- Fórum de Tecnologia da Bahia;
- Comitê Intersetorial da Paz;
- Fórum das Astec's;
- CIDEU;
- Instituto dos Arquitetos da Bahia-IAB;
- ADEMI;
- Mercocidades;
- SIRCHAL
- URB'AL;
- Habitat.

3. Participação em Eventos

Foram os seguintes eventos nos quais a SEPLAM / FMLF, na pessoa do Secretário / Presidente e de seus técnicos se fez representar:

- 1) São José dos Campos / São Paulo – período de 27 de janeiro a 02 de fevereiro de 2002.
Curso sobre SPRING (software de Geoprocessamento) coordenado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais do Governo Federal
Participante: Nilene Bastos Viana
- 2) Recife/PE – período de 05 a 07 de março de 2002.

- Seminário sobre Estudos de Viabilidade de Reabilitação
Participante: Manoel Raymundo Garcia Lorenzo e Elizabeth Bomfin Lepikson
- 3) Brasília / DF – dias 13 e 14 de março de 2002
Reunião com o Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação para tratar sobre a implantação da Escola de Altos Estudos de Design e Artes de Berlim na Bahia
Participante: Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
 - 4) Havana / Cuba – período de 04 a 11 de maio de 2002.
Visita técnica à cidade de Havana organizada pela UNESCO no âmbito das cidades brasileiras Patrimônio Mundial
Participante: Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
 - 5) João Pessoa / PB – período de 07 a 11 de maio de 2002.
1º Encontro de Municípios Nordestinos para o Meio Ambiente
Participante: Lutero Maurício Miranda de Souza
 - 6) São Paulo / SP – período de 4 a 9 de junho de 2002.
Feira e Congresso Internacional de Cidades – URBIS 2002
Participantes: Maria Candida D´Assumpção Beltrão, Kátia Cristina Gomes Carmelo, Ana Lúcia Alvares de Aragão e Nailson José Guimarães Marques.
 - 7) São José dos Campos / São Paulo – período de 26 de junho a 06 de julho de 2002.
Visita técnica para conhecimento do Projeto de recadastramento Imobiliário do Município de São Paulo e Curso “Banco de Dados Geográficos” no Instituto Nacional de Pesquisa Espacial –INPE.
Participante: Cenilton Mattos Fonseca
 - 8) Olinda / PE – período de 30 de julho a 02 de agosto de 2002.
Seminário Estatuto da Cidade e Patrimônio Cultural Urbano
Participantes: Manoel Raymundo Garcia Lorenzo e Terezinha Gonsalves Rios
 - 9) Recife/PE – período de 29 e 30 de julho de 2002.
“III Reunião Técnica sobre projetos dos programas anuais de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica e de Pesquisa e Desenvolvimento – Ciclo 2001/2002”
Participante: Maria Cândida D´Assumpção Beltrão
 - 10) Fortaleza / CE – período de 29 de julho a 01 de agosto de 2002.
Visita a trabalhos desenvolvidos com os arteãos
Participante: Raymundo José de Souza Torres
 - 11) Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP – período de 10 a 13 de setembro de 2002.

Contato com a Secretaria de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro e reunião com o Consultor do Plano Diretor, na cidade de São Paulo

Participante: Manoel Raymundo Garcia Lorenzo

12) Porto Alegre/RS – período de 04 a 07 de dezembro de 2002.

Seminário “Patrimônio e habitação: experiências em reabilitação de edificações históricas nos países do MERCOSUL

Palestrante: Manoel Raymundo Garcia Lorenzo

13) Brasília/DF – período de 16 a 17 de dezembro de 2002.

Seminário “GEO-CIDADES”

Palestrante: Manoel Raymundo Garcia Lorenzo

Participante: Nilene Bastos Vianna

A SEPLAM/FMLF participaram ainda das seguintes atividades: edição baiana da Expoconstrução, em 2002, com a presença em stand informativo e apresentação de palestra a respeito da LOUOS e da Expoconstrução 2002, em São Paulo, de âmbito internacional, teve a participação da SEPLAM/FMLF por meio de stand informativo. Durante o evento, foram apresentados o CD da LOUOS e os programas de apoio à organização e funcionamento do carnaval de Salvador.



IX. Imprensa
Relatório Anual 2002

Objetivando divulgar na mídia as ações da SEPLAM e FMLF, bem como municiar a imprensa de informações para a realização de matérias, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos no ano de 2002

1. Produção de Textos

Durante o ano de 2002, a Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, que cobre também a Fundação Mário Leal Ferreira, produziu 104 textos, resultando numa média mensal de 8,7 textos.

2. Matérias publicadas nos jornais locais

Os jornais publicaram ao longo do ano, 252 matérias, entre reportagens, releases, citações, denúncias ou notas de esclarecimentos sobre as atividades específicas do sistema SEPLAM, numa média mensal de 21 matérias.

3. Matérias veiculadas nas emissoras de televisão

Foram veiculadas nas emissoras de televisão da cidade, 25 matérias ou entrevistas com assuntos relacionados ao Sistema SEPLAM, numa média mensal de 2,1 veiculações, incluindo entrevistas concedidas pelo secretário.

4. Matérias publicadas no Diário Oficial do Município

O Diário Oficial do Município publicou ao longo do ano de 2002, 122 textos, entre releases e citações sobre o sistema SEPLAM e/ou seu secretário, resultando numa média mensal de 10,17 textos.

5. Entrevistas realizadas

Durante o ano de 2002, a Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, que cobre também a Fundação Mário Leal Ferreira, acompanhou 41 entrevistas, resultando numa média mensal de 3,4 entrevistas.

6. Solicitação de Imprensa recebidas

Durante o ano de 2002, a Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente recebeu 165 solicitações de informações e/ou entrevistas, resultando numa média mensal de 13,8 solicitações.

7. Confeção de clipping bimestral

Durante o ano de 2002, a Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente produziu 06 clippings bimestrais contendo matérias sobre a Seplam e FMLF.

X. Qualificação de Pessoal

Relatório Anual 2002

1. Treinamento

Durante o ano de 2002, foram realizados 89 treinamentos para os funcionários da SEPLAM/FMLF, como resultado das atividades da SEAD / CRH / SVTD.

Os eventos foram distribuídos da seguinte forma:

- Treinamento em informática 82
- Treinamento em Gestão Financeira 6
- Treinamento em Planejamento Estratégico 1



XI. Seminários
Relatório Anual 2002

1. Seminário Requalificação de Imóveis em Sítios Históricos e Antigos Centros Urbanos



Reabilitação de imóveis urbanos

A reabilitação de edifícios para uso habitacional em áreas centrais será discutida durante o seminário “Requalificação de Imóveis em Sítios Históricos e Antigos Centros Urbanos”, que acontece amanhã, a partir das 9 horas, na Associação Comercial da Bahia, Comércio. O evento, promovido pela Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam) em parceria com a Caixa Econômica Federal, visa divulgar as experiências realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e na França, de transformação de áreas centrais em um mix residencial, comercial e de serviços.

Segundo o secretário municipal do Planejamento, Manoel Lorenzo, a reciclagem de prédios comerciais para uso habitacional em áreas centrais já é uma prática adotada em diversos países. “É uma forma de oferecer alternativa de moradia, preservar o patrimônio construído e revitalizar áreas particularmente significativas na história e na vida das cidades, esvaziadas ao longo do processo de surgimento de novas áreas habitacionais”, explicou.

Em Salvador, o comércio da Cidade Baixa – que entrou em processo de esvaziamento em meados da década de 70 por um colapso na acessibilidade, tendo suas funções transferidas para outros pontos da

cidade – vem sendo objeto de diversos estudos, projetos e intervenções da Prefeitura para torná-lo novamente atrativo. Além dos projetos encabeçados pelo município, como requalificação de espaços públicos, ampliação da acessibilidade, entre outros, Lorenzo defende uma ação mais vigorosa e coordenada por parte da iniciativa privada.

“Esta ação deve estar voltada para a promoção de uma intensa reciclagem de usos no Comércio, transformando prédios hoje semiocupados ou totalmente desocupados, que já serviram para funções de escritórios no passado, em residências, hotéis, pensões, escolas e outros empreendimentos”, disse o secretário.

Como principal agente financeiro de apoio ao desenvolvimento urbano no Brasil, a Caixa Econômica Federal vem fomentando uma série de iniciativas que objetivam a redução do déficit habitacional, preservando o patrimônio arquitetônico. “Ao divulgar as experiências realizadas em outras cidades, pretendemos estimular a iniciativa local e buscar parceiros interessados em identificar e desenvolver um novo nicho de mercado para os empreendimentos da construção civil”, anunciou Lorenzo.

Folder do Seminário:

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A reabilitação de edifícios para uso habitacional em áreas centrais já é prática disseminada em diversos países como forma de oferecer alternativas de moradia, preservar o patrimônio cultural e revitalizar áreas particularmente significativas na história e na vida das cidades, sensivelmente esvaziadas ao longo de processos de transferência de residências e de formação de novos centros de serviços.

Em Salvador, a área central, e o Comércio em particular, coração da cidade até meados da década de 70, vem sendo objeto de diversos estudos, projetos e intervenções já realizadas pela Prefeitura, visando ampliar a acessibilidade à área e requalificar praças e outros espaços públicos, no âmbito do Projeto Polígono da Identidade Cultural, que se soma ao notável trabalho realizado pelo Governo do Estado para a revitalização do Pelourinho. A área central abriga hoje um grande número de edifícios arruinados ou subutilizados, cuja recuperação e reciclagem para uso habitacional e misto deve constituir uma ação vigorosa e coordenada da iniciativa privada para a revitalização do bairro.

Trata-se de delinear um novo cenário, promovendo a reapropriação das riquezas que as áreas centrais detêm - que se traduzem na presença de símbolos da identidade local, de infraestrutura instalada, de altos investimentos públicos e privados, de sistema de transportes e de oferta de uma multiplicidade de serviços tradicionais - e estimulando a instalação de novos elementos e usos.

Nesse âmbito, a Caixa Econômica Federal, principal agente financeiro de apoio ao desenvolvimento urbano no Brasil, vem fomentando uma série de iniciativas que objetivam contribuir para a redução do déficit habitacional e revitalização de centros urbanos, com foco na preservação do patrimônio arquitetônico e cultural do país.

Este Seminário, realizado em conjunto pela CAIXA e Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente-SEPLAM da Prefeitura Municipal de Salvador, constitui um desdobramento do compromisso formal e assumido pelas duas instituições, com a intervenção do IPHAN, da Secretaria de Cultura e Turismo do Governo do Estado por intermédio do IPAC, e do Governo Francês, visando realizar estudos de viabilidade para a reabilitação e reciclagem de imóveis para fins habitacionais.

Ao divulgar as experiências realizadas em São Paulo, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, e na França, pretende-se abrir espaço e subsidiar o debate local sobre a questão, bem como estimular parceiros a identificar e desenvolver, com apoio institucional, um novo nicho de mercado para empreendimentos da construção civil.

PROGRAMA

08:00 - Credenciamento

09:00 ABERTURA

09:00 às 09:15 - Assinatura de Termo de Acordo, entre a Prefeitura e proprietários de imóveis na área central, visando adequá-los ao uso habitacional e misto.

09:15 às 10:00 Pronunciamentos

Antonio Imbassahy, Prefeito do Município de Salvador

Paulo Gaudenzi, Secretário da Cultura e Turismo do Governo do Estado da Bahia

Aser Cortines Peixoto Filho, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal

Adalgiza Bonfim D'Eça, Superintendente da 7ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN

Maria Adriana Castro, Diretora do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC

Mário Gordilho, Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-CONDER

João José de Carvalho Sá, Presidente da Associação Comercial da Bahia

Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves, Representante da Câmara Brasileira de Indústria da Construção no Conselho Curador do FGTS

Antônio Carlos Costa Andrade, Presidente da ADEMI-BA

Presidente do SINDUSCON-BA

Manoel Lorenzo, Secretário Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Salvador

10:00 - 10:15 Intervalo para café



Foto: José Carlos Almeida

10:15 PAINEL - A Experiência Francesa

Pierre Maurin, Presidente do Sindicato de Pequenas e Médias Empresas de Construção da França-CAPEB

Jean Jacques Remy, da GTM Construction Marseille

Sérgio Magalhães, Coordenador dos Painéis

14:00 PAINEL - A Experiência de Cidades Brasileiras

Jackson Costa Pereira, Vice-Presidente do SINDUSCON do Rio de Janeiro: "Projeto Restaurar e Reciclar"

Fábio Cury, da Cury Construtora de São Paulo

José Luiz Lima Lomando, da Lomando-Aita Engenharia de Porto Alegre

Flávio Genival Lazerra Duarte, da Construção e Incorporação LD Empreendimentos Ltda. de Recife

Christophe Houel e **Erwann Le Lijours**, da ONG "Les Compagnons du Devoir", (qualificação profissional voltada para restauração de imóveis em cidades de Minas Gerais)

Sérgio Magalhães, Coordenador

16:30 - 16:45 Intervalo para café

16:45 Manifestações e debates

17:45 - ENCERRAMENTO

Sérgio Magalhães, relato-síntese das apresentações e dos debates

Aser Cortines Peixoto Filho, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal

Manoel Lorenzo, Secretário Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Salvador

18:30 - Coquetel

Local: Associação Comercial da Bahia
Praça Conde dos Arcos, s/nº - Comércio
Data: 28.11.2002